

# Declaração de Partidos Comunistas da América do Sul

TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA

## Por Uma Nova Política Patriótica e Democrática

**ASSISTIMOS** nos últimos dias a um aguçamento da contradição que caracteriza a situação política brasileira: o conflito entre as forças do entreguismo e as correntes representativas do nacionalismo.

**ENTRINCHEIRADOS** em posições dominantes no governo e nos partidos, contando com a cobertura de alguns setores, militares e apoiados diretamente pelo imperialismo lanque, os entreguistas lançam-se a uma ofensiva para impelir o governo do sr. Kubitschek no caminho da capitulação total aos monopólios americanos. Não tem outro sentido a campanha contra o «estatismo», mantida há dois meses nos jornais financiados pelos trustes. Nem foi outro o motivo que inspirou a arenga entreguista do embaixador Amaral Peixoto no banquete do PSD, cuja finalidade ostensiva era definir uma orientação antinacional, antoperária e antipopular para o partido majoritário. Por último, tratam os prepostos do Departamento de Estado de arregimentar elementos na área militar, utilizando o caso da promoção do coronel Adil de Oliveira, como pretexto para uma demonstração de força do grupo entreguista e golpista na Aeronáutica.

O governo do sr. Kubitschek tem cedido à pressão aberta das forças antinacionais e vem realizando concessões sucessivas ao imperialismo americano. Em lugar de apoiar-se nas forças nacionalistas de dentro e de fora do governo e de aplicar uma política favorável aos interesses nacionais, o Presidente da República cede Fernando de Noronha aos militaristas atômicos, mantém uma atitude dúbia em relação à Petrobrás e patrocina, de quando em vez, as fracassadas tentativas de «pacificação» com os entreguistas. Devido a essa atitude, distancia-se cada vez mais das forças patrióticas e populares que o elegeram, assiste impotente à decomposição acelerada da base política de seu governo e se torna alvo da desconfiança e do descontentamento dos setores nacionalistas.

**SERIA** falso, no entanto, interpretar de modo unilateral a presente conjuntura política e nela ver apenas a ação dos traidores entreguistas. Um dos fatores decisivos da situação nacional, ao lado do vigoroso ascenso do movimento operário é precisamente a atividade cada vez mais intensa das forças patrióticas e democráticas, reunidas no amplo movimento nacionalista, cuja influência aumenta dia a dia não só no seio da população como dentro do próprio aparelho de Estado.

**ASSUMEM** particular importância, nesse sentido, as últimas declarações do general Teixeira Lott em discursos pronunciados em Barra Mansa e Volta Redonda. Fazendo-se porta-voz de importantes correntes nacionalistas das forças armadas, o Ministro da Guerra pronunciou-se de maneira clara e taxativa em defesa de Volta Redonda e da Petrobrás, ameaçadas pela insidiosa campanha antiestatista fomentada pelos trustes. Qualquer atentado a estas empresas, afirmou o general Lott, seria «não apenas um cataclisma para a independência econômica da nação, mas um verdadeiro crime de lesa-pátria». Numa advertência inequívoca aos golpistas,

que tramam um regime de exceção a serviço do imperialismo americano, o chefe do Exército exaltou o direito que tem o povo de escolher livremente seus dirigentes nas urnas e disse: «As forças armadas não foram criadas para oprimir, mas sim para defender e garantir a liberdade e os direitos do povo que as mantém». Manifestou-se, por fim, favorável às reivindicações dos trabalhadores, reafirmando sua declaração de que os industriais devem suportar parte do ônus decorrente do aumento de salários.

**NÃO** menos significativo foi o desfecho do caso do coronel Adil de Oliveira. Se é verdade que o grupo entreguista chefiado pelo Brigadeiro Eduardo Gomes conseguiu promover uma manifestação de nítido caráter faccioso e golpista, por outro lado a reação da oficialidade nacionalista não se fez tardar, provocando a demissão do Ministro Fleiuss e a nomeação do Brigadeiro Correia de Melo. O conflito entre os setores nacionalistas e entreguistas dentro do próprio aparelho de Estado tende, portanto, a agravar-se, e pode resultar em certas modificações importantes na situação política do país.

A posição dos comunistas em face da situação atual, definida na última entrevista de Luiz Carlos Prestes, não pode ser outra senão a de apoiar vigorosamente as correntes nacionalistas e participar com todo o entusiasmo da luta anti-imperialista que empolga o povo brasileiro. Os comunistas lutam, ombro a ombro, com todos os patriotas, por uma política externa independente, de paz e entendimento com todos os povos, pela denúncia do acordo que entrega Fernando de Noronha aos lanques, em defesa da Petrobrás e de nossas riquezas. Defendem ao mesmo tempo a Constituição e as liberdades democráticas, batem-se pelas reivindicações populares.

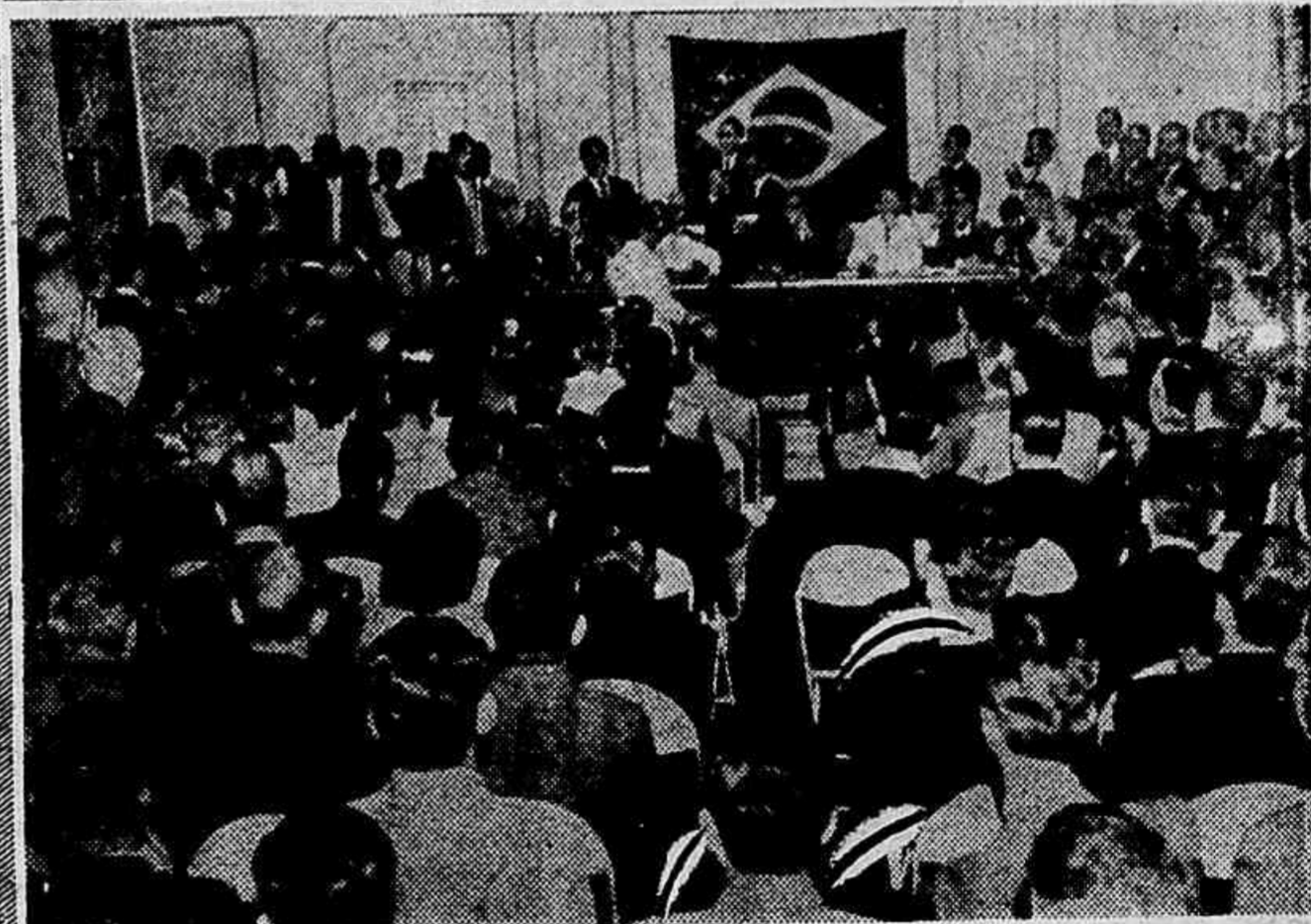
A luta contra o imperialismo e seus agentes deve apoiar-se na ação das massas e exige, portanto, a manutenção e a ampliação das liberdades, para que os trabalhadores e o povo possam manifestar com pleno vigor sua vontade.

NA situação atual do país, existem condições para derrotar a política entreguista e abrir caminho a modificações na política interna e externa num sentido patriótico e democrático. Como acentuou acertadamente Luiz Carlos Prestes em sua recente entrevista: «A unidade e a luta da classe operária e demais forças patrióticas, entre elas, dentro do atual governo, o setor nacionalista, cujo representante mais autorizado é, no momento, o general Teixeira Lott, poderão realizar tais modificações».

**MAS** os fatos têm demonstrado que esta mudança de rumos encontra séria resistência dentro do governo, onde os agentes imperialistas ocupam posições-chaves. Somente uma poderosa ação de massas poderá conduzir ao alijamento dos elementos entreguistas e ao reforçamento das posições ocupadas pelos patriotas, a uma recomposição do governo que torne possível uma nova política nacionalista e democrática para o Brasil.

# VOZ OPERÁRIA

Nº 426 ☆ Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1957 ☆



**MOVIMENTAM-SE OS COMERCIÁRIOS** — Tendo em vista as promessas do Sr. Juscelino Kubitschek quando candidato, os comerciários iniciam agora uma vigorosa campanha pela conquista da aposentadoria integral. Vemos acima dois aspectos da grande assembleia realizada na quarta-feira próxima passada, na sede do seu Sindicato.



A unidade dos sapateiros foi o fator decisivo para a vitória que acabam de conquistar. Os operários na indústria de calçados mantiveram-se dentro do lema: um por todos e todos por um.

## A BATALHA DO ALISTAMENTO ELEITORAL

( 4a. Página )

## O MOVIMENTO NACIONALISTA

( Página Central )

## O NOSSO PETRÓLEO NÃO É O DA BOLÍVIA

( 4a. Página )



# Novos Exitos do Povo Soviético

Foi publicado a 20 de julho um comunicado da Direção Central de Estatística da U. R. S. S., anexa ao Conselho de Ministros, sobre o balanço de cumprimento do plano de desenvolvimento da economia nacional no primeiro semestre de 1957.

No que se refere à produção global da indústria, o plano foi cumprido em 104%, sendo que em relação ao primeiro semestre do ano passado, a produção industrial aumentou de 10%. A produção de meios de produção aumentou de 11%, e a de bens de consumo de 8%. Foi ultrapassado o plano do primeiro semestre nas Repúblicas Federadas. Durante os seis primeiros meses do ano foram produzidos na União Soviética

## Balanço do plano econômico no primeiro semestre de 1957

ca 18.000.000 de toneladas de ferro gusa, 25.000.000 de toneladas de aço, 41.300.000 de toneladas de minério de ferro, 226.000.000 de toneladas de carvão e 46.200.000 toneladas de petróleo. A indústria soviética produziu no primeiro semestre deste ano ..... 2.800.000.000 metros de tecidos de algodão, e mais de 380.000.000 de metros de tecidos de seda, mais de ..... 2.000.000 de aparelhos de televisão e receptores de rádio, 1.500.000 bicicletas e grande número de outros artigos de consumo popular.

No mesmo período a agri-

cultura soviética recebeu grande número de máquinas. Nos campos entraram em ação mais de 130.000 tratores construídos em 1957, e mais de 50.000 colhedoras de cereais. Foi ultrapassado o plano de semeadura de primavera. Em relação ao ano passado a superfície semeada de cereais se ampliou de ..... 1.500.000 hectares, ou seja 23.000.000 de hectares a mais que em 1953. O número de cabeças de gado vacum nos colcoses e sovcoses aumentou de 3.000.000 em comparação com 1 de julho de 1956, o gado porcelno aumentou em

5.300.000 cabeças, e o gado bovino e caprino em 4.900.000. Aumentou também o número de cabeças de gado de propriedade pessoal dos colcosianos, operários e empregados.

No fim deste primeiro semestre o número total de operários e empregados aumentou de 2.100.000, em comparação com o mesmo período do ano passado; 3.600.000 operários e empregados elevaram sua qualificação e adquiriram novas profissões.

Em relação ao primeiro semestre de 1956 os investimentos na construção de residências pelo Estado aumentaram de 39%. Construíram-se para os trabalhadores casas com uma superfície global de mais de 9.000.000 de quilômetros quadrados, 36% mais que no semestre passado. Realizaram-se também várias outras importantes medidas para elevar o bem-estar material e o nível cultural do povo soviético.

A partir de 1 de janeiro o salário dos operários e empregados que recebem as remunerações mais baixas foi elevado, e subiu o nível de salário isento de impostos. O salário médio dos operários dos empregados aumentou de 5%. A população recebeu, a título de diversas vantagens e subsídios, por conta do Estado, 97.500.000.000 rublos, isto é, 20% mais que durante o mesmo período de 1956.

O número de escolas médias aumentou de 3.000, em comparação com o mesmo período do ano passado. Este ano saíram dos centros docentes superiores, das escolas de aperfeiçoamento e de outros estabelecimentos de ensino médio, cerca de 770.000 jovens especialistas.

Continuam ampliando-se as relações econômicas com o estrangeiro. O volume de comércio exterior da U. R. S. S. aumentou de 18% em comparação com o primeiro semestre de 1956. Aumentou particularmente o volume de comércio com os países de democracia popular, com a Índia, o Egito e a Finlândia.

## A BOMBA «LIMPA»

«Impedindo a conclusão do acordo sobre o desarmamento, os políticos norte-americanos elogiam a chamada bomba de hidrogênio «limpa» e exigem a continuação das experiências com a arma nuclear». (Dos jornais)



Tarefa suja como uma bomba «limpa»

# Nasser Acusa os Imperialistas

«Os americanos querem apoderar-se do Oriente Médio» — diz o presidente egípcio

Falando em Alexandria perante uma enorme multidão, durante as comemorações do primeiro aniversário da nacionalização do Canal de Suez, o presidente do Egito fez severas acusações à política norte-americana no Oriente Médio, e criticou acerbamente a doutrina Eisenhower. Disse que os Estados Unidos participaram, juntamente com a Inglaterra e a França, da «operação fome», visando sufocar o desejo de independência econômica do povo egípcio. «O objetivo da diplomacia americana», disse Nasser, sem meias palavras, «é apoderar-se do Oriente Médio e isolar o Egito, com o fim de incluí-lo, pela subversão interna, num dispositivo militar agressivo». Afirmou ainda que a

doutrina Eisenhower, a pretexto de combater o comunismo, visa de fato a suprimir o nacionalismo árabe.

Em seguida referiu-se Nasser à traição dos dirigentes de numerosas nações árabes, que capitularam ante a pressão norte-americana. «O imperialismo norte-americano», afirmou, «jamais conseguirá isolar o Egito do resto do mundo». «Conseguirá somente isolar e desacreditar os estadistas árabes que com ele colaboram». «Os povos árabes formam um todo que nada no mundo, nem mesmo os dólares, poderá dividir».

«Denunciaremos os desviacionistas e os traidores, mesmo que isso comprometa apa-

rentemente a solidariedade árabe, pois esse é o único meio de alertar a opinião pública árabe», exclamou Nasser, referindo-se claramente aos dirigentes do Iraque, da Jordânia, do Líbano, e de outros países árabes, que aceitaram a doutrina Eisenhower. Manifestou ainda sua solidariedade, à Síria, ao povo da Argélia, e também à revolta das tribos de Oman, repelindo a acusação ocidental de que seria seu governo o insuflador da Rebelião.

A extrema franqueza usada por Nasser ao fazer publicamente tais advertências revela-nos a gravidade da situação no Oriente Médio e Próximo, provocada pela intervenção do imperialismo, que cria constantemente novos focos de tensão nessa região, numa tentativa de dominá-la e de esmagar o movimento de libertação nacional do povo árabe.

## O ATENTADO CONTRA CASTILLO ARMAS

O atentado de que foi alvo o tirano da Guatemala, Carlos Castillo Armas, morto a tiros por um soldado da guarda presidencial, veio chamar novamente a atenção do mundo para a tragédia do povo guatemalteco.

Castillo Armas foi instalado no poder pela brutal intervenção armada norte-americana de julho de 1954, dirigida contra o governo democrático e progressista do coronel Jacobo Arbenz. Por trás das tropas intervencionistas encontrava-se o poderoso truste americano «United Fruit», cujas extensas propriedades agrícolas haviam sido atingidas pela reforma agrária democrática. Acusando o governo Arbenz de «comunista», apesar de ser o mesmo apoiado por uma coligação de partidos que incluía forças políticas da burguesia, o Departamento de Estado ajudou abertamente Castillo Armas na implantação de sua ditadura.

No poder, o títere da «United Fruit» desfechou contra o povo uma reação terrorista idêntica à das piores ditaduras sul-americanas. Assassinou, torturou e encarcerou milhares de patriotas guatemaltecos que haviam apoiado

o governo legal de Arbenz ou simplesmente não concordavam com a ditadura americana imposta à sua pátria. Não admira, portanto, que um homem do povo movido pela revolta tivesse praticado o atentado contra o verdugo da nação guatemalteca.

A imprensa dos trustes americanos acusa os comunistas como responsáveis pelo atentado contra Castillo Armas, tentando apresentá-los como o terroristas sanguinários. Todos sabem, porém, que os comunistas não são partidários do terror individual. Guiando-se pelo princípio marxista de que não são as personalidades que fazem a história, e sim as massas, os comunistas baseiam sua atividade política na organização e mobilização das massas para a luta contra os opressores, e não em atos heróicos isolados.

Mas é compreensível a fúria dos imperialistas americanos. Com Castillo Armas desaparece um símbolo de fidelidade dos trustes lanques. Sua morte é uma advertência aos traidores, um sinal de revolta e de protesto de um povo que não se submete ao jugo imperialista.

## Crônica Internacional

# Resultados das Eleições Argentinas

OS RESULTADOS numéricos das eleições de domingo passado na Argentina já permitem algumas conclusões, que poderão ser posteriormente aprofundadas, à luz de informações mais completas sobre o pleito. Em primeiro lugar mostram esses resultados que a maior parte do eleitorado, cerca de 60%, manifestou-se contra o governo Aramburu, embora este tenha obtido a maioria na futura «Convenção de Reforma». Deve-se isto ao fato de que mais de um quarto dos eleitores, totalizando cerca de 2 milhões, votaram em branco, como protesto, e portanto não elegeram representantes para essa assembléia. Se somarmos esses votos em branco aos votos dos partidos de oposição, obteremos de fato uma cifra bastante superior aos votos obtidos pelos partidos que apoiam a Junta Militar.

Os dois milhões de votos em branco demonstram que uma parte considerável da classe operária e do povo argentino continuam de certo modo sob a influência da demagogia peronista, baseada sobretudo na propaganda intensa de certas reformas sociais e em abundante fraseologia antiimperialista. Verifica-se que mesmo os escandalosos atos entreguistas planejados por Peron em relação ao petróleo, no fim do seu governo, não foram ainda suficientemente desmascarados. Por outro lado, a política nitidamente antiproletária da atual ditadura, que utiliza cada vez mais o combate ao peronismo como pretexto para reprimir o movimento operário, contribuiu bastante para esse resultado.

Outra conclusão a tirar dos resultados do pleito é o progresso apreciável do Partido Comunista da Argentina, como aliás já prevíamos na crônica do número anterior. Nas últimas eleições o Partido Comunista havia obtido apenas 89.624 votos, passando agora a mais de 220.000, isto é, duas e meia vezes o número de sufrágios anterior. Para que se possa valorizar convenientemente esse progresso, convém lembrar que o Partido Comunista da Argentina, embora tenha formalmente existência legal, jamais pôde publicar jornais legais de massas, tanto sob o regime Peron quanto sob o governo atual. O órgão central do Partido, «Nuestra Palabra», único periódico de que

dispõe, é um semanário de pequeno formato que não pode ser vendido nas bancas de jornais, e que tem mesmo passado por freqüentes e prolongados períodos de clandestinidade, inclusive depois da queda de Peron. Na Argentina continuam proibidos os atos públicos, inclusive em recinto fechado, não só do Partido Comunista, como de organizações amplas de frente única, como o Conselho Argentino da Paz. O Partido Comunista esteve mesmo privado, durante alguns meses, de seu registro na província de Buenos Aires, arbitrariedade esta que só foi levantada graças a uma decisão judicial, poucos dias antes das eleições. O progresso realizado pelo Partido Comunista da Argentina é portanto apenas o prenúncio de novos e maiores êxitos, assegurados pela unidade do Partido, por sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, e por sua ligação crescente com as massas, numa política de reforçamento da unidade da classe operária, de defesa consequente das liberdades e da independência nacional, e de luta diária pelos interesses do povo. O êxito do Partido Comunista da Argentina deve portanto ser saudado com entusiasmo.

As eleições de domingo refletiram o crescente sentimento antiimperialista das amplas massas da Argentina. Percebendo isso, Aramburu, numa manobra eleitoral de última hora, anunciou, quatro dias antes do pleito, a nacionalização de duas companhias estrangeiras de eletricidade, ao mesmo tempo em que seus embaixadores explicavam no exterior que esse ato não significava qualquer «hostilidade ao capital estrangeiro». O único partido que defendia abertamente a entrega do petróleo, fundido aliás pelo ex-ministro da Indústria do governo Aramburu, obteve votação inexpressiva. Ao lado disso o partido «Democrata-Progressista», que apresenta uma plataforma antiimperialista bastante avançada, e cujas personalidades vêm trabalhando em ações comuns com os comunistas em algumas frentes, como o movimento da paz, obteve mais de 200.000 votos. E a União Cívica Radical Intransigente, de Frondisi, que se colocou em segundo lugar, com mais de 1 milhão e meio de votos, incluiu em seu programa o monopólio estatal do petróleo e a defesa da economia nacional.

## TÁTICA ELEITORAL DOS COMUNISTAS ALEMÃES

### Votarão no Partido Social Democrático

O Partido Comunista Alemão conclamou todos os seus membros, o proletariado e o povo em geral a votarem no Partido Social Democrático, por ocasião das eleições gerais de 15 de setembro próximo.

Segundo uma declaração do Partido, divulgada no «Neues Deutschland», o povo da Alemanha Ocidental exige uma mudança no sentido de uma política de paz, e para conse-

guir esse objetivo é necessário derrotar o partido de Adenauer e seus sustentáculos monopolistas e militaristas. O partido de Adenauer só pode ser derrotado pela ação unânime da classe operária e de todas as massas trabalhadoras, e pela luta comum pela unificação da Alemanha contra a guerra atômica, a re-militarização e a fascistação, afirma ainda a declaração.



# Declaração de Partidos Comunistas da América do Sul Sobre o Chamado Pacto do Atlântico Sul

Os representantes dos Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, certos de interpretar os sentimentos patrióticos e a vontade da paz de nossos povos, reunimo-nos para considerar e denunciar a grave ameaça que constitui para a liberdade, a independência nacional e a paz de nossos povos o chamado Pacto do Atlântico Sul.

No instante em que nossos povos aspiram veementemente a paz mundial para impulsionar o desenvolvimento econômico independente de suas respectivas pátrias, o intercâmbio comercial e cultural com todos os países do mundo, sem exceção e, para elevar substancialmente seu nível de vida material e cultural e estabelecer autênticos regimes democráticos, o Pacto do Atlântico Sul tende a aumentar a dependência de nossos países em relação ao imperialismo yanque, a dificultar o desenvolvimento de seu comércio exterior multilateral, a diminuir o já baixo nível de vida dos povos latino-americanos, a sustentar os regimes antidemocráticos e é um fator de agravamento da tensão internacional.

As sessões secretas que se realizaram em Buenos Aires na segunda quinzena de maio do corrente ano, entre representantes exclusivamente militares dos governos da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e com a assistência do presidente da Junta Interamericana de Defesa (JIDD), general norte-americano Samuel Shepherd — que nela participou como supervisor tiveram como fim adotar medidas militares concretas para a execução dos planos bélicos estabelecidos pela (JIDD) através do chamado Pacto do Atlântico Sul. Assim o revelaram as declarações de Tulio Delgado, presidente da OEA, no sentido de que na mencionada reunião esse traço de desenvolver projetos e princípios estudados na (JIDD) e o fato de que a reunião de Buenos Aires foi precedida de manobras navais da esquadra dos Estados Unidos nas águas do Atlântico Sul, com a colaboração das esquadras da Argentina, Brasil e Uruguai.

Os acordos da Conferência de Buenos Aires, contrariando a tradição latino-americana de pactos abertos, foram mantidos no mais rigoroso segredo, o que confirma o conteúdo antinacional dos compromissos ali contraidos.

O Pacto do Atlântico Sul é um a mais na cadeia de pactos, alianças e convênios com os quais os Estados Unidos atam nossos países à sua política de agressão e de guerra. O propósito do imperialismo norte-americano, é o de utilizar os territórios de nossos países como bases estratégicas e depósitos de armas atômicas e de hidrogênio e converter a Antártida em lugar de experiências de armas nucleares, expondo, assim nossos povos a tremendas calamidades e ao perigo do extermínio.

Depois da reunião do Atlântico Sul, os imperialistas norte-americanos intensificaram suas atividades para ampliar suas bases já instaladas no continente; ocuparam a ilha de Fernando de Noronha para utilizá-la como base de lançamento de projéteis teleguiados; procuram estabelecer outras, sobretudo naquelas, países onde não as possuem; tratam de apoderar-se totalmente do petróleo, o urânio, a eletricidade e outras fontes de materiais estratégicos e energéticos; e intensificam as medidas repressivas através dos governos reacionários antinacionais, particularmente contra os patriotas comunistas.

A ofensiva colonialista contra nossos países se apresenta sob o aspecto de «pactos defensivos» ou, de «ajuda mútua» e para «justificá-la» o governo dos Estados Unidos e seus satélites «nacionais», agitam a existência de um «perigo extracontinental», quando na realidade a única ameaça à liberdade e à soberania

nacional dos povos da América Latina é a que provém do imperialismo norte-americano. Os círculos governantes dos Estados Unidos querem fazer dos países da América Latina suas retaguardas, fornecedoras de matérias primas estratégicas e de carne de canhão para suas aventuras bélicas. Com tal objetivo, sustentam governos ditatoriais, sangrentos e exigem dos demais governos que adaptem as respectivas economias à economia de guerra dos Estados Unidos e que abram completamente as portas da América Latina à colocação de suas mercadorias, especialmente armamentos, e de capitais.

Ao aceitar o Pacto do Atlântico Sul, os governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai — assim como os governos de outros países latino-americanos que o aprovam — não o fizeram para defender a independência nacional e a liberdade de nossos povos,

como tentam fazer acreditar à opinião pública. Na realidade, a aplicação desses pactos significará para nossos países a obrigação de maiores despesas e favorecerá exclusivamente os interesses do imperialismo americano e daqueles setores de latifundiários e grandes capitalistas nativos cujos interesses estão entrelaçados com os dos monopólios estrangeiros, especialmente norte-americanos, que se acham empenhados em defender seus privilégios e aumentar seus lucros à custa do agravamento das condições de vida e de trabalho do povo trabalhador.

A política agressiva do imperialismo norte-americano na América Latina faz parte integrante de seus planos de domínio mundial. É com esse fim que prepara a guerra contra a União Soviética, a República Popular da China e demais países do campo socialista, assim como contra todos os povos que lutam por sua independência variável e libertação social. Essa política tem como objetivo aterrorizar aos povos para submetê-los à dominação imperialista. Sua expressão mais criminosa está contida nas ameaças de desencadear a guerra atômica e nas experiências com bombas atômicas e de hidrogênio, que constituem um tremendo perigo para a existência da humanidade, como acabam de denunciar publicamente sábios de diversos países. Por isso cresce cada vez mais o clamor de nossos povos que se levantam contra a política bélica das potências imperialistas, em particular dos Estados Unidos e exigem que cessem as experiências, com armas nucleares, se as destrua e se estabeleçam no mundo a convivência pacífica de todas as nações, grandes e pequenas, por cima de seus regimes sociais.

Tornando-nos eco desses nobres sentimentos, dirigimo-nos a todos os patriotas, homens e mulheres de nossos respectivos países, que nutrem idéias de paz e de progresso, de liberdade e, independência exortando-os a lutar unidos:

— Pela anulação dos pactos bélicos do Atlântico Sul e do Rio de Janeiro e dos acordos antinacionais de Bogotá, de Caracas e do Panamá;

— Contra a entrega de bases militares ao imperialismo yanque ou outro e pela retirada de suas tropas das bases já instaladas em Fernando de Noronha e outros países, as-

sim como de suas missões especiais de todo tipo, que pululam em nossas nações;

— Pela defesa do petróleo, o urânio, a eletricidade e demais riquezas nacionais;

— Pela defesa das liberdades democráticas e da independência nacional;

— Pela redução dos enormes gastos de guerra e a inversão desses recursos em obras de progresso e bem-estar social;

— Pela cessação das experiências nucleares e pela proibição dessas armas;

— Pela redução substancial dos armamentos e por um acordo geral sobre o desarmamento;

— Pelo estreitamento das relações fraternais entre os povos da América Latina e por uma política exterior independente, de relações pacíficas com todos os povos do mundo;

— Pelo desenvolvimento de relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países do mundo e em particular com os países socialistas.

A maioria das organizações políticas, sindicais, sociais e culturais da América Latina manifestam seu crescente repúdio aos pactos bélicos e sua vontade de lutar em defesa da paz, da liberdade e da independência nacional. Não obstante, até agora, na América se sucederam reuniões convocadas ou inspiradas pelos Estados Unidos, de delegados de governos que não representam a vontade de nossos povos. Essas reuniões tiveram por fim submeter ainda mais nossos países ao jugo do imperialismo. Chegou o momento, pois, de que os povos latino-americanos coordenem seus esforços para impor, uma política de defesa da independência, e de luta pelo progresso, o bem-estar social, a liberdade e a paz.

Unidos, nossos povos serão suficientemente fortes para derrotar a política capituladora dos governantes de nossos países.

Os partidos comunistas que subscrevemos esta Declaração nos comprometemos a combater com todas as nossas forças para alcançar os nobres objetivos assinalados e para fazer fracassar os planos agressivos e colonialistas do imperialismo norte-americano.

Os Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.  
Julho de 1957.

## Comentário Político

**AS CONTRADIÇÕES** que minam o governo do sr. Kubitschek, em particular a luta aberta entre a ala entreguista e a ala nacionalista do partido majoritário, afloraram novamente com grande força em consequência do discurso do sr. Amaral Peixoto no banquete que lhe foi oferecido pelo PSD.

É conhecida a crise interna que atravessa o partido governista, dividido entre a «ala velha», composta pelos elementos mais conservadores, ligados à política tradicional de submissão ao imperialismo norte-americano, e a «ala moça», onde se encontram numerosos deputados de tendência nacionalista. Nos últimos tempos, tais divergências levaram a uma luta declarada pela liderança do partido e, portanto, pelo controle da principal base política do governo. O sr. Amaral Peixoto era apontado como o homem capaz de congregar as duas facções e unificar o PSD, tornando-o um apoio estável da política do sr. Kubitschek.

Em seu discurso, no entanto, o embaixador brasileiro em Washington fez uma profissão de fé abertamente entreguista e reacionária. Chamou a «família possedista» a unir-se em torno do Presidente da República, mas uniu-se para executar a política antinacional, e antipopular cujas

traças gerais delineou. Manifestando-se contra as justas reivindicações dos trabalhadores, alertou sobre o perigo de uma política baseada no constante aumento salarial e, de dedo em riste, acusou os trabalhadores como responsáveis pela carestia de vida. A seguir, definiu sua posição em face do nacionalismo, insistindo que os nacionalistas são «exclusivistas, xenófobos e jacobinos» e concluindo que «não há perigo de que nos amarem, capturem e dominem trustes ou agentes das finanças internacionais». Combateu o «recurso de pormos tranca à porta», revelando-se favorável, portanto, a que abramos as portas de nossa economia à invasão dos monopólios yanques. Nas entrelinhas, fez uma defesa velada da tese, tão cara hoje aos agentes do imperialismo, de que só a «iniciativa privada» deve explorar as riquezas nacionais.

O sentido do discurso do sr. Amaral Peixoto é claro. Embaixador brasileiro nos Estados Unidos, faz-se agora embaixador dos trustes e do Departamento de Estado junto ao governo brasileiro e às forças políticas que o apoiam, exigindo que seja aplicada com maior decisão a política entreguista iniciada com a cessão de Fernando de Noronha. Os americanos reacionários, sem mais delongas, a

eliminação do monopólio estatal do petróleo, a alienação das empresas estatais como Volta Redonda à «livre iniciativa» dos trustes, a supressão do movimento nacionalista e o esmagamento das lutas operárias por melhores condições de vida.

Para bem interpretar o discurso do embaixador é preciso ter em vista notícias recentes de que os grandes bancos, controlados pelos trustes yanques, recusam-se a conceder novos empréstimos ao Brasil enquanto o governo de JK não capitular totalmente ante o imperialismo. A 27 de junho informava o «New York Times» que o Eximbank nega-se a fornecer créditos para os projetos hidrelétricos do governo brasileiro, comentando a seguir: «Os Estados Unidos sentem que não devem ajudar o Brasil, concedendo grandes empréstimos, antes que se realize certa faxina econômica!» Na «Hanson's Latin American Letter» de 20 de julho comenta-se o tratamento discriminatório dado ao Brasil pelo Banco Mundial: «O Banco Mundial pode continuar a pensar que «dando o contra» no Brasil a todo momento, está contribuindo para a aceitação de uma fórmula que admita a entrada das companhias de petróleo no Brasil, de acordo com os termos dessas companhias. E acrescenta: «É significati-

vo, portanto, quando se ouve dizer frequentemente em Washington que as relações brasileiro-americanas hoje estão suspensas entre o slogan comunista «O petróleo é nosso» e a crença do Banco Mundial de que «O petróleo é Esso's». E' daí, obviamente, que se têm originado as crises nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos».

Não é difícil compreender que o discurso do sr. Amaral Peixoto visa contribuir para a faxina pretendida pelos bancos monopolistas. Esta incluiria o congelamento dos salários a pretexto de combate à inflação, a abertura das portas para o capital americano e a capitulação ante os monopólios petrolíferos.

Longe, porém, de amainar as dissensões existentes no partido do governo, a fala entreguista do embaixador agrava ainda mais as divergências entre os traidores e os patriotas, porque põe a nu a ação repugnante dos agentes do imperialismo. Se o orador colheu aplausos e congratulações da fina flor do entreguismo e da reação, dos Chateaubriand, Guðin e Schmidt, foi alvo por outro lado da repulsa dos nacionalistas, inclusive de vários expoentes da «ala moça» do PSD.

A oposição de importantes setores da opinião pública ao discurso de Amaral Peixoto revela que amadurecem as condições para uma ampla frente única patriótica e democrática, capaz de conseguir modificações na política interna e externa do país num sentido democrático e progressista.

## Comunicado Sobre a Reunião

A INTENSIFICAÇÃO da política agressiva dos imperialistas, em particular do imperialismo yanque, que põe em perigo a paz e, por conseguinte, a liberdade e a independência dos povos, acaba de ter sua manifestação na América Latina através do chamado Pacto do Atlântico Sul. Para apreciar este grave acontecimento nos reunimos, os representantes dos Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, e decidimos fazer uma declaração conjunta sobre esse pacto.

Aproveitando esta oportunidade, trocamos opiniões sobre as experiências da luta de nossos povos pela paz, a liberdade, a democracia, o bem-estar social e em defesa da soberania nacional. Este intercâmbio de experiências demonstrou que nossos pontos-de-vista são plenamente coincidentes.

Os representantes dos Partidos Comunistas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

★ «OS COMUNISTAS, que lutam pelos interesses dos trabalhadores e apoiam as reivindicações progressistas da burguesia nacional e demais setores da população, participam com entusiasmo do movimento nacionalista, seja qual for a forma em que se manifeste, e tudo farão para impulsioná-lo, para transformá-lo em verdadeiro movimento de massas, conseqüente e capaz de alcançar seus nobres e elevados objetivos. Dentro do movimento nacionalista, os comunistas procurarão cumprir o seu dever de patriotas e democratas, tudo fazendo para reforçar cada vez mais a unidade em torno da plataforma comum, para aproximar as tendências divergentes e para pôr de lado tudo que possa separar e, portanto, enfraquecer a frente única contra os monopólios norte-americanos e seus agentes brasileiros.»

LUIZ CARLOS PRESTES



Está na ordem do dia a questão do petróleo boliviano. Desenvolve-se em certos setores uma suspeita campanha chovinista, na qual, por trás de «slogans» aparentemente patrióticos e nacionalistas, procura esconder-se a defesa dos interesses de alguns grupos de capitalistas brasileiros ligados aos trustes petrolíferos norte-americanos. Essa onda dirigida contra uma nação irmã, a pretexto de que ela estaria transformada em instrumento dos trustes contra o Brasil, tem também caráter diversionista, constituindo mais uma tentativa de desviar o povo da luta contra a política entreguista e reacionária realizada atualmente pelo governo Kubitschek. «Jusecelino decidiu intervir pessoalmente», «J. K. avoca a si o problema e convoca o Conselho de Segurança», são manchetes por meio das quais alguns jornalistas têm a ilusão de minorar um pouco o desprestígio e a impopularidade crescente do governo, procurando assim contrabalançar as repercussões da cessão de Fernando de Noronha e de outras bases militares aos Estados Unidos, dos sucessivos e escandalosos favores aos trustes da eletricidade, e de tantos outros atos de submissão à exigências do imperialismo norte-americano.

A campanha assume frequentemente aspectos provocadores, com referências ao «esbulho e humilhação» de que estaria sendo vítima o Brasil, «o mais poderoso país da América do Sul», apelando para sentimentos chovinistas primários, quando afirma que «somos tratados como nação de 5ª classe», e chega ao extremo de anunciar um «veto militar no Itamarati», aliás prontamente desmentido. E, como fecho, invoca a cessão de Fernando de Noronha e uma suposta posição do Brasil de «chave da defesa do Continente» como argumentos para conquistar as simpatias do Departamento de Estado norte-americano a pretensos «direitos irrefutáveis» nossos ao petróleo boliviano.

Embora essa série de grosseiras mistificações não venha encontrando receptividade na maioria da opinião pública, cujo grau de consciência dos verdadeiros interesses nacionais já é bastante elevado, é necessário no entanto que o problema seja esclarecido e que fique bem clara para os nossos irmãos bolivianos a posição do povo brasileiro.

Antes de mais nada, é necessário reafirmar uma questão de princípio, com a qual não podem deixar de estar de acordo todos aqueles que lutam em defesa da soberania e pela independência econômica e política do Brasil: somente ao povo boliviano compete decidir da forma pela qual deve ser explorado o petróleo de seu país, sem quaisquer ingerências estrangeiras. Devemos portanto repelir todas as tentativas que visam levar o governo brasileiro a fazer imposições ou a exercer pressões sobre o governo boliviano. Alguns alegam que o atual governo boliviano é um instrumento dos trustes. Admitindo que isso seja verdade, não competiria a nós o papel paternal de salvar o povo boliviano de um mau ato do seu governo. Trata-se de assunto interno, no qual não devemos intervir. E devemos neste caso reconhecer ao povo boliviano o direito de ter a mesma opinião do nosso governo. Suas desconfianças seriam mais que justificadas ante atos como a entrega de Fernando de Noronha.

Em segundo lugar, devemos reconhecer ao povo boliviano o direito de considerar lesivos ao seu país os tratados de 1933, e portanto o direito de denunciá-los, da mesma forma que reivindicamos para o nosso povo o direito de não reconhecer a validade dos tratados e acordos lesivos aos interesses nacionais e contraídos à sua revelia. Os tratados de 1933 foram elaborados sem consulta ao povo boliviano, por um governo ditatorial, e ao tempo em que imperava no Brasil o regime odioso do Estado Novo. É sabido que, à época em que foram concluídos esses tratados, foram eles vigorosamente combatidos pelos dirigentes do atual partido governamental da Bolívia, o M.N.R., inclusive pelo ex-presidente Paz Estensoro. Acresce ainda que naquela época circulava em alguns meios reacionários de nosso país certas teses se-undo as quais a «descontinuidade geográfica» que separa o

# O Nosso Petróleo Não é o da Bolívia

Fernando Luiz Lôbo Carneiro

Altiplano boliviano da região de Santa Cruz de la Sierra condensa esta última a ser «zona de influência» do Brasil ou da Argentina.

Está sendo feita uma confusão propositada entre os dois tratados de 1938, entre o Brasil e a Bolívia, ao apresentar-se a concessão petrolífera como pagamento pela construção da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz. Na realidade a construção desta estrada de ferro, de acordo com o 1º tratado, o Tratado Ferroviário de 1938, foi feita pelo Brasil para pagar uma dívida de nosso país à Bolívia de um milhão de libras-ouro, consequência ainda do Tratado de 1903, relativo ao Território do Acre, e do Tratado de 1928, que o modificou. No entanto o custo da estrada Corumbá-Santa Cruz, com mais de 600 quilômetros, foi orçado em quantia bastante superior a esse montante. Construída a estrada, ficava pago integralmente aquele compromisso do Brasil, e a Bolívia passaria a dever-nos a diferença. Estabeleceu então o Tratado Ferroviário de 1938 que essa diferença seria reembolsada em dinheiro ou em petróleo, à vontade do governo boliviano. A produção petrolífera da região atravessada pela ferrovia foi dada como garantia do pagamento da dívida, que importa atualmente em pouco mais de 1 bilhão de cruzeiros, sendo portanto equivalente a apenas alguns meses da importação total de petróleo do Brasil.

O 2º Tratado de 1938 é o Tratado de Aproveitamento e Saída do Petróleo, que reservou uma área de 35.000 quilômetros quadrados (3.500.000 hectares) para concessões petrolíferas a empresas mistas constituídas por capitais privados brasileiros e bolivianos. Esse tratado, na prática, nunca foi executado pelo Brasil, pois até hoje não realizamos perfurações na Bolívia, já passados quase 20 anos. As notas reversais de ratificação do tratado só foram assinadas em 1952, mas mesmo depois disso o governo brasileiro nunca deu cumprimento ao compromisso de um adiantamento inicial de 4 milhões de dólares para os primeiros trabalhos de sondagem. Como se vê, argumentos de sobre teriam os bolivianos para denunciarem o 2º Tratado se assim o julgarem conveniente, sem que com isso estejam se eximindo de pagar a dívida resultante da construção da ferrovia, o que podem fazer tanto em petróleo bruto como em dinheiro, segundo o 1º Tratado.

O que se passa na realidade é o seguinte: a ação dos trustes norte-americanos de petróleo é exercida simultaneamente, segundo tudo indica, no Brasil e na Bolívia. Neste último país, no sentido de que o governo de La Paz não aceita a Petrobrás como executor do Tratado, baseando-se para isso tanto na letra do 2º Tratado de 1938 como na legislação boliviana sobre as concessões de pesquisa e lavra. Essa interpretação parte da tese de que a Petrobrás, embora seja uma sociedade anônima, é de fato um órgão governamental. Segundo o governo boliviano, a concessão só poderá ser dada a empresas privadas, constituídas pela associação de capitais privados brasileiros e bolivianos. Além disso parece que o governo boliviano deseja reduzir a área reservada pelo tratado de 1938 à metade, entregando à outra metade a Yacimientos Petrolíferos Bolivianos, empresa estatal que por sua vez poderá entregá-la em concessão a trustes norte-americanos, como aliás já tem feito em outras regiões do país.

No Brasil, a ação dos trustes se exerce no sentido de que os grupos de capitalistas brasileiros escolhidos pelo governo para integrarem as empresas mistas boliviano-brasileiras sejam associados ou testas-de-ferro seus. É o que se passa por exemplo com o grupo de Capuava, que, de acordo com fundamentada denúncia do deputado Sérgio Magalhães,

é intimamente ligado à Standard Oil. Esse grupo comandado pelo banqueiro Moreira Salles, é o mais interessado em obter concessões petrolíferas na Bolívia. Representantes desses e de três outros grupos participaram da reunião no Itamarati que discutiu há poucos dias o problema das dificuldades surgidas nas negociações com o governo boliviano. Toda a campanha chovinista em defesa dos direitos do Brasil, à qual nos referimos no início deste artigo, está sendo feita em apoio às pretensões desses grupos de capitalistas brasileiros. Nem uma linha em defesa da tese de que a concessão deveria ser feita à Petrobrás, que foi levantada no início apenas como «cortina de fumaça», logo a seguir abandonada.

O povo brasileiro não tem nenhum interesse em que sejam feitas concessões de petróleo boliviano a esses grupos de capitalistas nacionais. Ao contrário, isso constituiria uma séria ameaça à Petrobrás, pois, segundo a própria publicação americana «Hanson's Letters», o êxito desses grupos, para o qual os trustes dariam o máximo de auxílio, seria utilizado para desmoralizar e destruir a grande empresa estatal.

Quando à entrega da concessão à Petrobrás, trata-se de questão a ser resolvida exclusivamente pelos bolivianos. É claro que dar uma concessão à Petrobrás seria melhor para a Bolívia que dar uma concessão aos trustes norte-americanos. Penso no entanto que a solução mais justa seria a exploração do petróleo da Bolívia pelos próprios bolivianos, nos mesmos moldes por nós adotados, isto é: monopólio estatal do petróleo também na Bolívia. Teríamos todo interesse, caso os bolivianos o julgassem conveniente, em dar-lhes a ajuda técnica e financeira de que fôssemos capazes, numa base de igualdade e de vantagens recíprocas. Nessa mesma base adquiriríamos o petróleo boliviano de que necessitássemos. E em qualquer hipótese, o governo boliviano conservaria o direito de pagar-nos a dívida correspondente à construção da estrada em petróleo ou em dinheiro, como bem entender.

Não penso que, nas condições atuais, a Petrobrás pudesse ter qualquer interesse em explorar uma concessão de petróleo na Bolívia. Tem a Petrobrás no Brasil área bastante grande para exercer suas atividades, e aliás com características altamente promissoras. Considero mesmo que, antes de levar seus esforços a outras regiões, deveria a Petrobrás concentrá-los nas zonas já provadas, como a Bahia e o Amazonas. Os recursos produzidos pelo petróleo extraído destas últimas tornariam possível, mais tarde, a exploração de outras partes do território nacional. A excessiva dispersão, no momento, poderia comprometer seriamente o progresso da Petrobrás.

Para terminar, julgo necessário insistir num ponto. Todos sabemos que o fator nacional, nos países coloniais e semi-coloniais, é um poderoso fator da luta emancipadora. O nacionalismo dos países oprimidos nada tem a ver com o nacionalismo dos países imperialistas. No entanto, como muito bem mostra o editorial de 29 de dezembro de 1956 do «Jingipao», «o país B pode ser pequeno e atrasado em relação ao país A, e entretanto ser, grande e adiantado em comparação com o país C. Este país B, entretanto, ao mesmo tempo que se queixa de estar sofrendo as consequências do chovinismo de grande nação por parte do país A, poderá muitas vezes estar assumindo ares de grande nação em suas relações com o país C». Isso indica que existe a possibilidade de que certos setores do movimento nacionalista possam se deixar envolver pela campanha chovinista desenvolvida, como manobra dos trustes, em torno da questão do petróleo boliviano. São necessários portanto todos os esforços para evitar que isso se dê. É importante pois que essa campanha seja imediatamente combatida e desmascarada. Esse é também um dever nosso para impedir que surjam malentendidos entre os povos do Brasil e da Bolívia. Os nossos povos não têm interesses opostos, e, ao contrário, devem estar unidos na luta comum contra o imperialismo norte-americano.

No desenvolvimento da luta do povo brasileiro pelas liberdades, pela independência nacional e pelo progresso assume particular importância a batalha eleitoral de 1958. Haverá eleições para a Câmara dos Deputados, para a maioria dos governos estaduais e municipais, para renovação de parte do Senado, para deputados estaduais e vereadores e possivelmente para Prefeito do Distrito Federal.

Dada a polarização de forças que se observa em todo o país, com a unificação do movimento nacionalista em torno dos objetivos patrióticos, democráticos e progressistas que congregam pessoas das mais diversas classes, correntes e partidos políticos, podemos afirmar que as eleições de outubro de 1958 terão como centro político a luta entre nacionalistas e entreguistas.

Aos entreguistas, é evidente, não convirá um pleito com tais características: só poderão perder terreno num debate nacional dessa ordem, em que o povo seja chamado a pronunciar o seu julgamento através do voto. A eles convém eleições como as anteriores, em que prevalecem as suas máquinas eleitorais, baseadas no quase monopólio dos meios de propagação e na arregimentação do eleitorado através de cabos eleitorais, emprêgos, favores, promessas, coação das autoridades e demais proces-

## A BATALHA DO ALISTAMENTO

☆ A importância das eleições de 1958  
☆ Explicações sobre as normas eleitorais em vigor

soes em que são experimentados. É na falta de interesse e no conformismo das camadas mais atrasadas de boa parte da população, sobretudo do interior do país, que reside o sucesso eleitoral dos chamados chefes políticos, que desde o alistamento asseguram precisamente o comparecimento às urnas de grande massa de eleitores não esclarecidos.

Em contrapartida, cumpre aos patriotas e democratas não somente levar a todos os pontos do país o debate dos problemas e interesses nacionais e mobilizar o povo, como também dedicar um grande esforço à arregimentação eleitoral. Cuidando paciente e minuciosamente de despertar o interesse pelo pleito nas camadas mais atrasadas, traduzindo em reivindicações e formas mais sentidas e imediatas os problemas fundamentais do país, poderão as forças democráticas e patrióticas contrabalançar o poder material e político mobilizado pelas entreguistas e reacionárias nos períodos eleitorais.

### A BATALHA DO ALISTAMENTO

Já no último pleito nacional votaram cerca de dez milhões de eleitores. Um número bem maior poderá ser atingido em 1958, o que fará das eleições um pronunciamento político de grandes massas do povo brasileiro. Importância decisiva para o resultado da grande batalha terá o alistamento eleitoral, até aqui feito em maior parte pelos chefes políticos dos grandes partidos.

Todos os democratas e patriotas devem dedicar a máxima atenção a esta importante fase do processo eleitoral. Os comunistas estarão nas primeiras filas da batalha do alistamento, combatendo a indiferença e a abstenção, esclarecendo e orientando as grandes massas populares, especialmente a classe operária e todos os trabalhadores, explicando-lhes pacientemente a importância da sua participação consciente no pleito, ensinando-lhes como requerer e receber os títulos eleitorais.

Iniciamos hoje a publicação

de uma série de explicações úteis ao trabalho de orientação prática das massas populares tendo em vista a vitória na batalha do alistamento eleitoral.

### REQUERIMENTO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

No dia 31 de dezembro de 1957 ficarão sem valor os títulos eleitorais tirados nos alistamentos para as eleições anteriores. Todos os cidadãos precisam, pois, requerer novos títulos.

O requerimento deve ser preenchido do próprio punho, na presença do escrivão ou do funcionário designado pelo juiz, utilizada a fórmula impressa que será fornecida. O requerente deve apresentar 3 retratos 3 x 4, juntamente COM QUALQUER UM dos seguintes documentos:

- a) certidão de idade (Registro civil);
- b) documento que faça prova de idade superior a 18 anos;
- c) certidão de batismo (nascimentos anteriores a... 1890);
- d) carteira de identidade expedida pelo serviço competente de identificação;

- e) certificado de reservista de qualquer categoria, do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica;
  - f) documento que prove a nacionalidade brasileira, originária ou adquirida;
  - g) título eleitoral expedido até 31 de dezembro de 1955 (servem os títulos anteriores a 1945 desde que tenham sido revalidados).
- Se o requerente tiver título expedido até 31 de dezembro de 1955 por outra zona eleitoral (de domicílio anterior), deverá juntar tam-

bém QUALQUER UM dos documentos referidos nas letras «a» a «f».

### ALISTAMENTO COLETIVO, PARA 100 PESSOAS OU MAIS NO PRÓPRIO LOCAL DE TRABALHO

A mais importante inovação, do ponto de vista da classe operária e de todos os que trabalham, é a do alistamento coletivo, de grupo no próprio local de trabalho não inferior a 100 pessoas. Vejamos o que dispõe o artigo 4º das novas Instruções do Tribunal Superior Eleitoral:

«Artº 4º — Nas repartições públicas, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais e municipais, Sindicatos, fábricas, hospitais e entidades de classe, em que se reúnem diariamente avultado número de servidores ou empregados, recomenda-se a organização de listas, relativas a grupo de alistandos cujas residências estejam na mesma zona eleitoral, remetendo-se essas listas no prazo de 30 dias aos juizes eleitorais respectivos.

§ 1º De posse dessas listas o Juiz da Zona designará funcionário para, no mesmo local em que se reúnem e trabalhem, coletivamente, os alistandos, fazer-lhes a inscrição, marcando previamente o dia para o seu comparecimento.

§ 2º Nesse caso o Diretor, Presidente, chefe de serviço, ou representante de qualquer das entidades referidas neste artigo providenciará para que os interessados compareçam no dia e hora designados no local reservado à audiência do Juiz ou ao trabalho de seu funcionário, a fim de requerer sua qualificação.

§ 3º O Juiz Eleitoral poderá marcar quantos dias sejam necessários para esse alistamento, fora da sede do Juízo, ampliando, assim, a faculdade do § 1º, do art. 69, da Lei nº 2.550, com a redação que lhe deu o art. 2º, da Lei nº 2.282.

§ 4º O Juiz não adotará a providência do § 1º se o núcleo de alistandos for inferior a 100.

Conclusão na 10ª página



# Lutar Concretamente Contra os Velhos Métodos Errôneos de Direção E de Trabalho e Contra as Tendências Nocivas Que Surgem Nessa Luta

LUIS TELES

As conclusões do histórico 20º Congresso do PCUS, continuam a exercer grande influência sobre toda a situação internacional. É cada dia mais evidente o significado das referidas resoluções para a consolidação e o fortalecimento das forças progressistas, democráticas e socialistas, que fazem da bandeira da luta pela paz e a segurança dos povos, pela democracia e o socialismo, a razão de seu ser e o escopo de suas atividades. A elaboração pelo 20º Congresso de uma série de questões de princípio, relacionadas com a marcha da humanidade para um futuro melhor, abriu para os PP.CC. e Operários, enormes possibilidades favoráveis à ampliação da influência dos comunistas junto às massas. Sob o influxo das imensas perspectivas que afluem do 20º Congresso, não obstante o desespero do inimigo de classe, e apesar de que alguns camaradas vacilantes e desligados da realidade, teimam em afirmar e, o que é pior, em propagar a falsa idéia da existência de uma "crise no movimento comunista mundial", verifica-se um ascenso considerável do movimento comunista em todos os países. Particularmente, se destaca um ascenso do trabalho ideológico nos PP.CC. e Operários. A experiência vivida nos últimos tempos, comprova que a corajosa denúncia do culto à personalidade pelo PCUS teve e continua tendo um efeito benéfico e positivo para o fortalecimento dos PP.CC. e Operários. A luz dos ensinamentos do 20º Congresso e baseado-se na realidade objetiva de cada país, os comunistas precisam seus programas, suas linhas políticas e táticas e procedem à reorganização de suas atividades no terreno ideológico, assim como, no terreno dos métodos de direção e de trabalho. Tudo isso, está sentando novas bases para o desenvolvimento ulterior e criador do marxismo-leninismo, para a elevação a um novo nível, mais alto, da unidade do movimento comunista no âmbito internacional e dentro de cada Partido o que, conseqüentemente, determinará novo auge na luta dos povos pela paz, a democracia, a independência nacional e o socialismo.

Passado o período emocional, inevitável, de certa forma, em cada Partido, da luta contra o culto à personalidade, esta prossegue com maior firmeza e audácia. Neste sentido novamente é do glorioso PCUS que nos vem outra grande lição: a da justa intransigência dos camaradas soviéticos na luta pela aplicação das decisões do 20º Congresso, pela liquidação das conseqüências do culto à personalidade, pela superação dos entraves que surgem, mesmo que tais entraves estejam personificados em homens como Molotov, Malenkov e Kaganovitch. Mais uma vez ficou provado diante de todos, que no Partido dos comunistas não existem duas disciplinas. Aquêles que luta pelo cumprimento das decisões do Partido, por sua unidade e em benefício do povo, é amado, mas quem se põe a atuar contra os interesses das massas, contra a unidade do Partido e a pureza de sua ideologia, é aliado pelo inexorável movimento histórico da classe operária à frente de toda a humanidade, na marcha para o progresso, sem consideração pelo alto posto que ocupe nesse movimento. Mais uma vez torna-se evidente que, diante do Partido e da vida devemos sempre tomar uma posição autocrítica, única forma que possibilita assimilar os novos aspectos que fluem do complexo processo do desenvolvimento social e renovar assim, nosso pensamento e nossa ação.

O PCB, no curso de sua formação tem conquistado inúmeros êxitos, mas cometido também muitos erros. Iluminado pelo 20º Congresso do PCUS, pelas experiências do PC da China e pela de outros partidos irmãos, nosso Partido iniciou a luta pela superação de suas insuficiências no terreno ideológico, político e orgânico. Iniciou a luta para vencer a contradição, que existia e ainda existe, entre o sistema de direção ultracentralizado, que se formou historicamente e em detrimento da democracia partidária, e a necessidade que tem o Partido de expandir plenamente suas forças criadoras a fim de enfrentar com mais sucesso as tarefas atuais. Na luta pela ampliação e o desenvolvimento da democracia interna, baseada na justa aplicação do princípio do centralismo democrático, especial relevo adquirem os documentos elaborados pelo Pleno do Comitê Central de Abril último. Nessa luta, já se pode notar algum progresso. Modifica-se pouco a pouco o ambiente nas fileiras do Partido. Os CC.RR. adquirem maior iniciativa e procuram estudar a situação concreta de cada região, enfrentar a diversidade de problemas que caracteriza cada lugar, para traçar e seguir uma conduta política que lhes permita tornar vitoriosa, no âmbito de suas jurisdições, a orientação política nacional do Partido. Fortalece-se a crítica das bases, todos criticam e procuram dizer o que pensam. Isto tem grande importância para precisar e elaborar com acerto a linha do Partido. Cada camarada torna-se, cada vez mais ativo e exige sua participação nas decisões tomadas pelos seus organismos. Os camaradas exigem com firmeza o cumprimento não só do capítulo estatutário que trata dos deveres, mas também do que trata dos direitos dos membros do Partido. Desenvolve-se o controle dos dirigentes pelos dirigidos. Enfim desenvolve-se mais e mais a democracia na vida interna do Partido e a base desse processo intensifica-se a luta pela correção dos velhos métodos nocivos e para forjar métodos mais condizentes com as necessidades atuais do Partido. Atualmente, todo o Partido está de posse das normas fornecidas pelo Comitê Central, que regulam a realização das assembleias e conferências no Partido e que permitem normalizar a situação das direções em cada organização do Partido, elegendo-as de acordo com o que prevêm os Estatutos.

Mas, justo é reconhecer que estamos atrasados e que muito precisamos ainda fazer para aperfeiçoar a vida interna do Partido e corrigir os falsos métodos de direção e de trabalho. Com os novos problemas trazidos à tona pelo 20º Congresso, entramos num processo autocrítico, de cima a baixo no Partido. Ainda não saímos desse processo autocrítico. Superar nossos erros e insuficiências é uma tarefa complexa. Não será resolvida com a simples transferência de suas causas para o culto da personalidade de Stalin. A superação de nossas insuficiências exige autocrítica no pensamento e na ação, está ligada à luta pela assimilação criadora do marxismo-leninismo, à luta pela aplicação às condições concretas da revolução no Brasil da verdade universal que é a doutrina de Marx e Lenin. Isso exige enorme esforço de todos os membros e dirigentes do Partido, exige que procuremos as causas de nossas debilidades não noutros partidos ir-

mãos, mas em nós próprios, que sabemos descobrir o específico no Brasil e superar as dificuldades que surgem para unir em torno do proletariado todas as forças antiliberárias e antifeudais na marcha resoluta do povo brasileiro pelo caminho aberto pela grande Revolução Socialista de Outubro. Para isso, necessitamos forjar na atividade prática diária, justos métodos de direção e de trabalho, justas relações entre organismos superiores e inferiores, baseados no cumprimento dos Estatutos do Partido, entre dirigentes e dirigidos e entre o Partido e as massas. Só assim, a linha do Partido expressará cada vez mais, a sabedoria coletiva dos seus membros, a sabedoria das massas e as possibilidades de erro serão reduzidas. Neste sentido, representará papel de primordial importância a elaboração já em curso, pelo Comitê Central, do balanço da discussão transcorrida no Partido a propósito do 20º Congresso do PCUS, a elaboração dos documentos básicos indispensáveis à convocação do V Congresso e o próprio V Congresso.

Mas, se é verdade que na luta por superar nossas insuficiências ideológicas e políticas e pelo aperfeiçoamento da vida interna do Partido, a principal responsabilidade recai particularmente sobre o Presidium e o Comitê Central, não menos verdade é que esta responsabilidade se estende a todo o Partido e que o processo autocrítico deve abranger e beneficiar a todas as organizações e membros do Partido. Tendo por base os documentos aprovados pelo Comitê Central em Abril, as organizações do Partido e seus membros não devem ficar esperando pelo balanço da discussão ou pelo V Congresso para lutar contra os erros que se verificam no trabalho. Também urge fugir da luta agitada de palavras em geral, que não leva a parte alguma, para passar à superação concreta dos maus métodos de direção e de trabalho. Avançaremos mais rapidamente na medida em que todo o Partido empunhar com firmeza a bandeira da luta pelo aperfeiçoamento do trabalho do Partido e pela correção de suas insuficiências. Não falar à toa sobre nossas debilidades e lutar concretamente para saná-las é mais útil para o Partido. Alguns camaradas falam muito e realizam grande agitação nas fileiras do Partido sobre nossos erros, etc., mas na prática nada fazem, para vencê-los e corrigir-se a si próprios. Até se parecem com certos candidatos a deputado ou vereador na véspera das eleições a fazer demagogia diante dos eleitores. Para essas camaradas a culpa é sempre dos outros, eles são sempre anjinhos inocentes, vítimas das circunstâncias, etc. Esquecem que todos nós, uns mais, outros menos, cometemos "pecados" "veniais" ou "mortais", que devemos remir à base da autocrítica comunista. Que adianta o barulho que alguns camaradas fazem contra o dogmatismo em geral, o mandonismo, o burocratismo, a crítica destrutiva, etc? Nada de benéfico traz esse palavreado em geral para o Partido. Devemos ser concretos: lá onde apareçam tendências, opiniões dogmáticas e sectárias devem ser combatidas e seus portadores ajudados a compreender a realidade tal qual é. Em qualquer organização do Partido em que se verifique violação do método da direção coletiva, dos Estatutos do Partido e etc., providências devem ser tomadas, concretamente, para corrigir, tal anomalia. Onde surgirem o mandonismo e o burocratismo devem ser combatidos intransigentemente. A crítica destrutiva, que não ajuda, merece o combate de cada comunista. Os burocratas e mandonistas devem ser criticados severamente e ajudados a fim de que assimilem métodos mais comunistas de direção e de trabalho. Sabemos que muitas vezes as relações entre organismos superiores e inferiores não são as mais justas. Quando assim acontecer os dois organismos podem discutir a questão e encontrar em comum a solução adequada. Enfim, cada comunista, em cada caso concreto, deve lutar com firmeza e sem receio pelo respeito aos preceitos estatutários, manter-se vigilante na defesa de seus direitos, não permitir sem crítica quaisquer manifestações de arbítrio, mandonismo, burocratismo, etc., que tantos males já causaram no nosso Partido. É uma obrigação de todos e cada membro do Partido lutar para criar o ambiente necessário a que cada comunista se sinta no Partido como o peixe dentro d'água, à vontade como em sua própria casa. A força do Partido cresce na medida em que cada comunista se sinta como homem responsável pelo Partido, lute incansavelmente por suas idéias e suas tarefas, participe ativamente de todo seu trabalho prático e da elaboração de sua linha. Assim, voltar-se não para o passado com os olhos cheios de lágrimas, e ficar chorando interminavelmente os erros cometidos, como fazem alguns camaradas, mas para o presente e o futuro. Analisamos o passado de nosso Partido como comunistas, para extrair experiências, educar-nos e à base delas lutar concretamente no organismo em que atuamos para corrigir os erros que cometemos no trabalho e impedir sua repetição. Se todos os membros e organizações do Partido tomarem em suas mãos essa tarefa, avançaremos, mas se continuarmos somente com o palavreado em geral, nada faremos de útil.

É necessário, de outro lado, combater as novas tendências nocivas que surgem no processo da luta por superar nossos erros. Em contraposição a tais erros de centralismo excessivo verificam-se sintomas de ultrademocratismo e de espontaneísmo nas fileiras do Partido. Sob o pretexto de que os planos de trabalho eram elaborados de cima, sem levar na devida conta as possibilidades e necessidades reais do Partido, a opinião dos camaradas membros das organizações de base é de que, de certa forma, as quotas e o próprio plano, em seus mínimos detalhes, era imposto ao Partido pelas direções sem a necessária discussão, o que contribuía para frear a iniciativa do Partido, surge com força a tendência a abandonar o trabalho planejado de conjunto. Isso é bastante prejudicial à atividade do Partido. Ninguém mais do que os camaradas soviéticos, chineses e de outros partidos, têm criticado severamente as falhas na planificação da atividade de seus respectivos Partidos. No entanto, como é natural, os planos não são abandonados, ao contrário, são aperfeiçoados. É necessário ouvir mais as bases do Partido e elaborar mais coletivamente os planos, que não devem ser impostos, mas nunca abandonados. Os planos são necessários para unificar a atuação de todo o Partido, de cima a baixo. É claro, que as direções devem estimular a iniciativa de cada organismo e mil-

tante. Isto não significa no entanto, que os organismos superiores deixem de realizar seu papel dirigente, de baixar organizadamente suas decisões aos organismos inferiores, de determinar tarefas e traçar planos de conjunto e de realizar o indispensável controle. Trata-se não de abolir o plano, mas de aperfeiçoar a planificação do trabalho do Partido. Trata-se não de impor planos de cima para baixo, sem tomar em conta a opinião do Partido, mas de elaborar os planos coletivamente e de persuadir o Partido de sua viabilidade e necessidade.

Também, em relação ao controle surgem incompreensões. Sob o pretexto de que o controle das atividades do Partido se revestia de fortes tendências militaristas, mecânicas e de imposição, o que é verdade, aflora a tendência de não se realizar o controle. Alguns camaradas não controlam a realização das tarefas que lhes estão afetas, por temer que o chamem de mandonista, etc. Por outro lado, a falta de um trabalho planejado dificulta ou mesmo impede a existência de um controle eficiente. Mas, que acontecerá se os organismos superiores não exercerem um controle adequado? As tarefas ficarão no papel. A ausência de um controle necessário da execução das decisões tomadas, é um dos defeitos mais espalhados no trabalho prático do Partido. Tomam-se inúmeras resoluções mas não se tomam medidas para verificar se estão sendo ou não e como estão sendo executadas. É pequena a preocupação dos organismos dirigentes por encontrar as formas de ajudar o Partido a tornar realidade as resoluções aprovadas. Devemos lutar por fortalecer o controle e a verificação do cumprimento das resoluções em todo o sistema da direção, no trabalho de todas as organizações, de cima a baixo e vice-versa. Como sabemos, se permanecem entregues a si mesmos, sem controle de suas atividades, até mesmo bons quadros podem-se corromper e burocratizar. Trata-se pois, não de abolir o método de controle, mas de aperfeiçoá-lo tornando-o mais eficiente.

Outro fenômeno nocivo que freqüentemente assistimos no Partido, é a timidez de muitos camaradas em empregar o método provado da crítica e da autocrítica. Alguns dirigentes, a pretexto de que a crítica era utilizada anteriormente, às vezes, de forma não positiva e mesmo destrutiva, se abstêm agora de criticar as debilidades que aparecem no processo de trabalho do Partido. Receiam ser considerados mandonistas, burocratas, etc. De outro lado, camaradas das organizações inferiores, não convictos ainda da impossibilidade de voltar os velhos métodos, temem que isso aconteça e não utilizam com suficiente energia seu direito de crítica. O resultado é que as organizações inferiores não se beneficiam da crítica realizada pelos organismos superiores e éstas da crítica das bases. Isso é profundamente prejudicial aos interesses do Partido. Sem crítica e autocrítica não é possível progredir. Sem crítica das bases não é possível o controle dos dirigentes pelos dirigidos e sua conseqüente educação. Sem a crítica realizada pelos dirigentes não é possível educar a todo o Partido. A crítica e a autocrítica são um método socialista para descobrir as contradições e dificuldades. O método da crítica e da autocrítica é a alma do desenvolvimento do movimento comunista. Sem crítica e autocrítica nos tornamos burocratas, rotineiros e definhamos. A crítica e a autocrítica, é um método científico que devemos assimilar e utilizar cada vez mais amplamente. Só a crítica e a autocrítica permitirão apontar o erro, descobrir as causas e circunstâncias que o geraram e encontrar os meios para superá-lo. É através do uso decidido do método da crítica e da autocrítica que se evitará a volta aos errôneos métodos de direção e de trabalho e que encontraremos os métodos mais condizentes com as necessidades do Partido. Portanto, não se trata de abolir a crítica e a autocrítica em nossas fileiras. Ao contrário, é necessário desenvolver a democracia interna e impulsionar a crítica e a autocrítica no seio do Partido, aperfeiçoar a planificação do trabalho e desenvolver o controle sistemático e conseqüente, de cima a baixo e de baixo a cima, no Partido. Assim, melhorar-se-á a direção do Partido e se aprofundará a ajuda mútua que deve existir entre os diversos escalões do Partido.

Mas, se a superação de nossas insuficiências, não será fruto da simples agitação estéril e sim, da luta concreta de cada membro e organização do Partido, também não será obra da simples esforço da inteligência, desligado da prática. Muito fala-se hoje, sobre os velhos e os novos métodos. Assim, como aflorou uma tendência negativista em relação ao passado de nosso Partido, também em relação aos métodos, então empregados, surgem ao lado de críticas justas e necessárias, posições injustas. O que são métodos velhos e novos, segundo pensamos? Novos e justos métodos são todos aqueles que uma vez empregados facilitam o fortalecimento ideológico, político e orgânico do Partido e sua ligação com as massas, por mais antigos que sejam tais métodos. E ao contrário, se os novos métodos não determinam um maior florescimento ideológico, político e orgânico do Partido, o fortalecimento de seu poder combativo e de sua ligação com as massas, constituem velharias que devemos relegar ao museu, por mais flamantes que sejam tais métodos. Como é sabido, o critério da verdade para os comunistas é a prática. Na sua atividade o Partido deve utilizar sem vacilação, aqueles métodos que ofereçam um maior rendimento político. Isto sem preocupar-se muito com a idade de tais métodos. Portanto não será voltado para dentro de si próprio, que o Partido assimilará métodos mais justos de direção e de trabalho. Para progredir em todos os sentidos, urge voltar o Partido para as massas, a fim de que seus quadros dirigentes e membros de base, possam trabalhar diretamente com a classe operária e com o povo, aperfeiçoar no fogo da luta sua linha política e forjar novos métodos de trabalho no Partido e dêste com as massas. Neste sentido, também não basta ficar nas palavras de ordem gerais. Muito já temos falado sobre a necessidade de voltar o Partido para as massas. Sob pena de cairmos no charlatanismo não podemos continuar assim. Além da luta por convencer a todo o Partido, ideológica e politicamente da importância de atuar junto às massas, urge que cada Comitê Regional, de Zona, Distrital, de Empresa e as organizações de base planifiquem e controlem o ingresso dos membros do Partido para as organizações de massas existentes. Assim, sairemos das palavras de ordem

(Conclui na 10ª pág.)



# Instalada em Praça Pública a Federação Nacionalista de São Paulo

O movimento nacionalista no Estado de São Paulo cumpriu importante etapa de seu desenvolvimento com a importante instalação, na Praça da Sé, da Federação Nacionalista de São Paulo.

O grande povo paulista não poderia deixar de estar à frente do patriótico movimento que empolga o povo brasileiro e se irradia por todo o país. Organizadas, inicialmente, comissões provisórias na capital e nos principais municípios do interior, sucederam-se as iniciativas, manifestações, debates sobre o programa, palestras e conferências, congregando o que há de mais representativo em todos os setores de atividade do povo de São Paulo.

## A I CONCENTRAÇÃO NACIONALISTA

Convocada por eminentes personalidades e líderes sindicais e estudantis e com o apoio de inúmeras representações de municípios do interior, realizou-se na noite de 26 último na Praça da Sé, a I Concentração Nacionalista do povo de São Paulo.

Compareceram, entre muitas outras personalidades, o marechal Edgard de Oliveira, senadores Guilherme Malaquias, presidente da Frente Nacional contra o ajuste de Fernando de Noronha, e Auro de Moura Andrade, deputados federais Dagoberto Sales, José Miraglia, Frota Moreira, Leônidas Cardoso e Ivete Vargas, deputados estaduais Franco Monteiro, Cid Franco, Rocha Mendes, Germinal Feijó e Hozair Mota Marcondes, vereadores à Câmara Municipal de São Paulo João Louzada e Matilde Carvalho, vereadores Henrique Noronha, de São Caetano, Irineu da Silva, de São Bernardo, Santo Mantovani, de Sorocaba, prefeitos Gualberto Moreira e Serafim Duarte, respectivamente, de Sorocaba e Ibirarema.

Os líderes estudantis José Eduardo Correia Junior e Gamal Schaim, respectivamente presidente e secretário geral da UEE, Aldo Domingos Soares, presidente da UESP, além de inúmeros grêmios e centros estudantis, levaram à grande concentração o apoio da combativa mocidade estudantil paulista. Dezenas de líderes sindicais representaram o apoio vigoroso da classe operária. Fortunato Martinelli e Aldo Lombardi, presidente e secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos; Nelson Rustici e Luiz Firmino de Lima, presidente do Sindicato e Secretário da Federação dos Têxteis; Salvador Romano Losacco, presidente do Sindicato dos Bancários e do Pacto de Unidade Intersindical; Salvador Rodrigues, presidente do Sindicato dos Marceneiros; Comandante Aloísio Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeronautas; Elói Thirso, presidente da União dos Ferrovários; Trajano José das Neves, presidente do Sindicato dos Químicos de Santo André, entre muitos outros dirigentes e líderes sindicais, prestigiaram a manifestação.

## Instalada a Federação Nacionalista

Foi intensa a vibração de todos os participantes da concentração quando o Marechal Edgard de Oliveira declarou instalada a Federação Nacionalista do Estado de São Paulo e leu o manifesto dirigido à entidade.

«Escrive a humanidade, nos

dias presentes, as páginas mais dramáticas de sua história. Enquanto recrudescem, nos mais distantes países da Terra e em movimentos irrefreáveis de seus povos, a luta pela libertação econômica das nações subdesenvolvidas, mais se acentua a feroz tenacidade

Em ambiente de vibração cívica realizou-se a I Concentração Nacionalista, na Praça da Sé — Eminentíssimas personalidades, representantes de diversas correntes e setores de atividade — Solenemente instalada a Federação — Manifesto e principais oradores — Cumprida magnífica etapa pelo movimento nacionalista de São Paulo

com que se lhes opõem os grandes grupos financeiros internacionais, dispostos a mantê-los, para sobrevivência de seu poder, em estado de permanente inferioridade e servidão...» declara inicialmente o manifesto.

«Em nossa terra, constituem episódios relevantes, na hora que passa, as questões do petróleo, dos minerais atômicos, da industrialização do País, da energia elétrica, da liberdade de comércio, da intangibilidade territorial brasileira e da defesa do regime democrático. Da solução de tais problemas depende o poder o Brasil elevar-se em breve à posição que merece, de grande potência universal, a agregar um povo próspero e feliz, ou manter-se, por muitos decênios ainda, em estado de sujeição e pobreza...» prossegue a patriótica proclamação paulista, que assim conclui:

«... o povo de São Paulo estará inscrevendo em seus anais mais uma página de glória. Porque estará, fiel ao seu destino e tradições heróicas, edificando o Brasil poderoso e rico por nós sonhado, capaz de proporcionar a todos os cidadãos, dentro de suas fronteiras, padrão de vida mais elevado e digno e de manter intangíveis na esfera internacional a sua honra e a sua soberania.

De ora em diante só um lema pode existir para a gente de Piratininga: com o nacionalismo, pela completa libertação do Brasil.»

## ORADORES DE VARIASCORRENTES

Importantes discursos foram pronunciados por representantes de várias correntes políticas. O Senador Auro de Moura Andrade foi intensamente aplaudido quando afirmou:

«O povo vem hoje para a praça pública realizar o grande mutirão em defesa da Pátria!».

O senador Guilherme Malaquias e os deputados federais Frota Moreira e Ivete Vargas, evocando os princípios da Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas, dirigiram-se aos trabalhadores e getulistas conclamando-os a cerrar fileiras pela vitória do movimento nacionalista.

Falando em nome do Partido Socialista, o deputado Germinal Feijó declarou que o seu partido apóia e participa do movimento nacionalista em defesa da economia nacional e pelo progresso do Brasil.

Usaram ainda da pala-

bra os deputados Dagoberto Sales, Leônidas Cardoso, Cid Franco, Franco Montoro e José Miraglia, do PSD, do PTB e do PSP, o líder metalúrgico Aldo Lombardi, o presidente do Pacto de Unidade, Salvador Romano Losacco, os líderes estudantis João Eduardo Correia Junior, Camal Schaim e José Antônio Lazarini.



As correntes nacionalistas confraternizam em churrasco na sede da U. N. E.

## UNIDA A MOCIDADE ESTUDANTIL EM TORNO DO MOVIMENTO NACIONALISTA

Nas primeiras fileiras do movimento os universitários e secundaristas de todo o país — Na instalação do XX Congresso Nacional de Estudantes todas as entidades estudantis fazem profissão de fé nacionalista — entusiasmo e unidade no X Congresso Nacional de Estudantes Secundários

NO AMPLO movimento nacionalista que se estende por todo o país, destacado papel desempenham os estudantes universitários e secundários. Através de suas organizações — UNE, União Estadual de Estudantes e UME — participam na primeira linha e, desde o primeiro momento, das campanhas patrióticas em defesa de nossas riquezas e da soberania nacional.

A União Nacional dos Estudantes tornou-se a sede das reuniões da Comissão Nacional contra a entrega de Fernando de Noronha; ali têm lugar as palestras e conferências de esclarecimento dos objetivos do movimento nacionalista. Em todos os Estados do Brasil, por onde vêm surgindo frentes parlamentares, federações e organizações nacionalistas, encontram-se os estudantes que já possuem uma rica tradição de lutas em defesa da pátria.

Realiza-se agora o XX Congresso Nacional dos Estudantes, na cidade fluminense de Nova Friburgo, com a participação de mais de 600 delegados de todos os Estados, além de representantes universitários e jornalistas de diversos países. Fato bastante significativo é que todas as delegações presentes, numa impressionante unanimidade, fizeram profissão de fé nacionalista, em seus discursos de saudação ao Congresso e nas teses que ali apresentaram.

Dezenas de declarações de princípios têm como idéia central dominante a defesa da soberania nacional, da PETROBRAS, de nossos minerais atômicos. É por todos reconhecido que só poderá ser vitoriosa nas eleições a nova diretoria da UNE e

chapa que tomar uma posição clara e definida a favor do nacionalismo.

E o XX Congresso que agora se realiza assume um aspecto particularmente importante: ao invés do que ocorria nos conclaves anteriores, quando se lançava um grupo contra outro ou se fazia a propaganda em torno de nomes, hoje a preocupação fundamental que a todos domina é a de eleger uma chapa capaz de fazer prosseguir a entidade nacional máxima dos estudantes, na campanha em defesa da soberania nacional. Para isso, foi abolido o voto nominal e instituído um novo sistema de eleições: estas serão feitas por chapas completas, para que sejam objeto de votação os programas e posições políticas e não a simpatia pessoal.

Tudo faz prever que este novo Congresso Nacional contribuirá para dar maior impulso à ativa participação dos estudantes, em defesa do progresso do Brasil.

## TAMBÉM OS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS PELO NACIONALISMO

Na cidade de Fortaleza, acaba de encerrar-se o X Congresso Nacional de Estudantes Secundários, com um vibrante comício.

Os trabalhos de encerramento do Congresso, na sede do Instituto de Educação, contaram com a presença de expressivas personalidades. Nessa sessão foi lida e aprovada, por unanimidade, uma tese intitulada «O Movimento Nacionalista e a Petrobrás», na qual se focalizava especialmente a questão da defesa da empresa estatal de petróleo.

Em praça pública, perante grande assistência, realizou-se um comício em que se

# Congresso Estadual Nacionalista Da Federação Nacionalista do Rio Grande do Sul

O movimento nacionalista no Rio Grande do Sul, que se estendeu por todo o Estado e empolga as diversas classes e camadas sociais, deu mais um passo no sentido da sua organização, ao ser lançado em Porto Alegre um importante manifesto da Federação Nacionalista do Rio Grande do Sul. Nêle é anunciada a formação da Comissão de Estruturação e proposta a preparação imediata do Congresso Estadual Nacionalista, no qual deverá ser definitivamente estruturada a Federação, e eleita a sua Diretoria e aprovada a sua plataforma.

Para os debates, que deverão anteceder o Congresso, a Comissão de Estruturação apresentou uma «Declaração Provisória de Princípios» constantes de doze pontos, que consubstanciam os postulados do movimento: «Defesa dos direitos democráticos, Política externa independente e denúncia dos acordos lesivos à nação. Defesa da política nacional do petróleo. Defesa das diretrizes do Conselho Nacional de Segurança para a política atômica. Defesa dos princípios nacionalistas dos Códigos de Águas e Minerais. Defesa da indústria

Importante manifesto ao povo gaúcho propondo a realização do conclave — Declaração provisória de princípios para debate durante o Congresso — Expressiva Comissão de Estruturação do movimento

nacional. Regime cambial em harmonia com os interesses do nosso desenvolvimento econômico. Transferência dos lucros de empresas estrangeiras pelo câmbio livre. Nacionalização do comércio de exportação, agências de publicidade, seguros, capitalização, depósitos bancários e serviços de utilidade pública. Estímulo à agricultura, pecuária e pesca e libertação das fontes essenciais da alimentação do domínio dos trustes. Ampliação do mercado interno através de justa remuneração salarial e de reforma agrária capaz de incorporar as massas camponesas na produção e nas relações de troca. Defesa e atualização da legislação trabalhista e sua extensão aos trabalhadores rurais. Defesa do patrimônio

cultural da nação luta contra o analfabetismo e pela elevação do nível cultural do povo. Formação de uma cultura autenticamente brasileira inspirada nos princípios universais de liberdade e fraternidade. Respeito à liberdade de pensamento».

A Comissão de Estruturação, em seu manifesto, faz um apelo para que sejam, sem demora, criados em todo o Estado núcleos da F. N. R. G. S. na forma de União Nacionalistas Municipais, Frentes Parlamentares, Clubes Estudantis Nacionalistas, Centros de Estudos dos Problemas Nacionais, Conselhos Operários Nacionalistas, Comissões Promotoras de Debates, Conselhos Nacionalistas de Bairro ou outros tipos

de entidades que as peculiaridades do local ou do setor recomendem.

A Comissão de Estruturação, que está integrada por nomes representativos de todas as correntes e de todos os setores sociais do Rio Grande do Sul, ficou assim constituída:

Dep. Wilson Vargas da Silveira; Dep. Armando Temperani Pereira; Dep. Waldemar Rodrigues da Silva; Dep. Lamaison Porto; Dep. Justino Quintana; Ver. J. Aloísio Filho; Ver. Pedro Alvarez; Ver. Caio Marques Fernandes; Ver. Ney Ortiz Borges; Ver. Manoel Corrêa Soares; Prof. Otto Alcides Holweiler; Eng. Arlindo Ferreira de Souza; Arq. Luiz Carlos da Cunha; Afrânio Araújo; Advogado Luiz Augusto de Castro Lisboa — Presidente do Sind. dos Bancários; Adão Saldanha Mattos — Dirigente Sindical; Dalmar Severo — Delegado da C. N. T. I.; Bento Lopes Godoy — Pres. da Federação de Alimentação; Argemiro Carlos Demoly — Pres. da União dos Ferrovários de Diretor Pestana; Flávio Ramos — Líder estudantil; Ernesto Lopes — Líder estudantil; Carlos Magalhães — Universitário; Aldrovando Miceli — Universitário



# CONTRA A ENTREGA DE FERNANDO DE NORONHA

**Querem os americanos uma faixa de terra no porto de Recife para depósito de material bélico — Importante ato público na capital da República — 200 oficiais ianques se instalam em Maceió**

**S**EGUNDO telegrama de Recife estão sendo esperados na capital pernambucana três navios da Marinha de Guerra dos Estados Unidos transportando copioso material destinado a Fernando de Noronha. Agentes ianques propuseram às autoridades portuárias o aluguel por tempo indeterminado do armazém 16 do porto de Recife. Foi ainda sugerida a ocupação de uma faixa de terra, situada nas proximidades do porto, onde os militares ianques improvisariam vastos armazéns para depositar o seu material bélico.

Confirma-se, assim, com novos ultrajes aos sentimentos patrióticos de nosso povo, a ocupação norte-americana, inicialmente negada pelo governo que afirmava haver apenas concedido um posto de observação de teleguiados na ilha de Fernando Noro-

nha. Três navios de guerra são necessários para essa carga inicial e já é exigida uma faixa do porto de Recife para desembarque de outros carregamentos.

Contra essa ocupação militar de nosso território e objetivando a anulação do vergonhoso «ajuste», que entregou o arquipélago de Fernando de Noronha ao domínio ianque e abre caminho à ocupação do nordeste, prossegue a luta de nosso povo em defesa da independência e da soberania nacional.

**Ato público na capital da República**

Promovido pela Comissão Nacional contra o Ajuste de Fernando de Noronha, teve lugar no auditório da ABI um ato público que contou com numerosa assistência e

com a presença do Senador Guilherme Malaquias, dos Deputados Frota Moreira e Dagoberto Salles, desembargador Osny Duarte universitário José Batista, presidente da U.N.E. Dr. Luiz Mário de Araujo, engenheiro da Petrobrás e representante da Frente Nacionalista Bra-

sileira, coronel Salvador Benevides, major Napoleão Bezerra, Dr. Luiz Mário Camargo Xavier, representantes dos sindicatos dos Sapateiros, dos Trabalhadores do Trigo e do Arsenal de Marinha.

«Fernando de Noronha — afirmou em seu discurso o Deputado Frota Moreira — é bastião do imperialismo. E' a tentativa dos trustes de manterem no Brasil os seus privilégios através da intimidação militar. E Fernando de Noronha é apenas o

princípio. Ainda hoje sobe na Câmara que 200 oficiais americanos se instalaram na capital de Alagoas. Chegaram para ficar e já estão tratando de alugar casas. Ao mesmo tempo, preparativos estão sendo feitos para a construção, em Maceió, de um campo de pouso capaz de receber os poderosos aparelhos militares norte-americanos. Se o povo não se mobilizar estas ameaças se tornarão realidade e seremos mais escravos que nunca!»



acionalistas confraternizam em churrasco realizado na sede da U.N.E.

## MADE ESTUDANTIL MOVIMENTO NACIONALISTA

movimento os universitários do país — Na instalação do Congresso Nacional de Estudantes secundários — Igual em Secundários

mar uma posição definida a favor do

gresso que agora assume um caráter de luta por uma mudança de sistema de ensino, para que sejam feitas reformas completas, para que seja dada a participação dos estudantes em defesa do Brasil.

prever que este Congresso Nacional dará maior importância à participação dos estudantes em defesa do Brasil.

S ESTUDANTES secundários — Nacionalismo de Fortaleza, convocar-se o X Congresso Nacional de Estudantes secundários, com um caráter de luta.

os de encerramento do Congresso, na sessão de Educação, na presença de personalidades, foi lida e aprovada a seguinte resolução: «O Movimento Nacionalista e a Petrobrás se focalizam na questão da empresa estatal pública, para

estância. Trabalho

★ **O QUE se denomina hoje de movimento nacionalista em nosso país constitui como que o início da cristalização dos anseios patrióticos, democráticos e progressistas de amplos setores da população, incluindo desde operários, camponeses e intelectuais até industriais, comerciantes e fazendeiros.**

Esse movimento, que estava em gestação e já se manifestara sob diversas formas, agora, após a entrega de Fernando de Noronha aos militaristas ianques, ganha novo impulso e irradia-se pelo país inteiro, como resposta vigorosa do povo à política antinacional e antipopular do atual governo. Nós, comunistas, que sempre lutamos pela independência econômica do Brasil, pelas liberdades e pelo progresso social, vemos com satisfação que essas idéias ganham os mais vastos setores da população e que agora já é das próprias massas que vem a iniciativa, são as próprias massas que em cada caso tratam de encontrar as justas formas de organização para a luta.»

LUIZ CARLOS PRESTES





# EM DEFESA DA UNIDADE DO P. B. C.

Novos documentos chegaram à nossa redação, expressando a solidariedade de organismos intermediários em torno do Comitê Central do PCB. Publicamos abaixo um resumo dos mesmos.

## COMITÊ REGIONAL DA SOROCABANA

«O CR da Sorocabana do PCB resolve por unanimidade de seus membros manifestar inteira solidariedade ao C. C. — único e verdadeiro centro dirigente do PCB — por sua ação em defesa da unidade do Partido expressa na Resolução sobre a unidade do Partido e na Declaração do Presidium sobre a entrevista de Agildo Barata a um seminário burguês, contra o Partido e o movimento operário».

Depois de referir-se à tentativa de Agildo Barata de golpear o PCB, diz o CR da Sorocabana: «Conclamamos os camaradas da Sorocabana a lutar com todas as suas forças contra as manifestações de nacional-reformismo dentro do Partido e não permitir a atividade antipartidária e divisionista em nossas fileiras».

«Aquêles que se manifestam contra a unidade do Partido, consciente ou inconscientemente, ajudam ao Imperialismo norte-americano em seus objetivos de se apossar definitivamente da ilha de Fernando de Noronha, em se apoderar de nossas reservas de minerais atômicos e de nosso petróleo, em liquidar a soberania nacional e arrastar nossa pátria para uma política de guerra».

## COMITÊ REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

«O CR do Espírito Santo do PCB, reunido em sessão plenária extraordinária, para discutir a resolução sobre a unidade do Partido, após aprová-la por unanimidade, saúda com entusiasmo e sa-

tisfação o C. C., e com ele se congratula por motivo da publicação do referido documento, ao mesmo tempo que manifesta ao C. C., a sua mais irrestrita solidariedade e incondicional apoio na defesa da unidade e dos princípios leninistas que regem a organização e a direção do Partido

## Novas manifestações de repúdio às atividades do grupo fracionista

do proletariado brasileiro, condenando energeticamente toda e qualquer tentativa no sentido de criar movimentos fracionistas dentro ou fora do Partido».

## COMITÊ DE ZONA DE VITÓRIA

«O CZ de Vitória comunica que, em pleno extraordinário, discutiu e aprovou por unanimidade a Resolução do Partido, sobre a unidade do Partido. Comunica a sua solidariedade na defesa intransigente da unidade do Partido e repudia com veemência toda tentativa de caráter fracionista nas fileiras do Partido, manifestando a convicção de que hoje toda e qualquer pretensão fracionista será rapidamente anulada pela força e a consciência da massa de militantes do Partido e o seu Comitê Central».

## COMITÊ DISTRITAL DA ORLA MARÍTIMA (Espírito Santo)

«O CD da Orla Marítima, em reunião plena, discutiu a Resolução sobre a unidade, aprovou-a por unanimidade e resolve enviar ao C. C., o seu inteiro apoio às medidas tomadas em defesa da unidade do Partido. O CD condena toda e qualquer atividade que venha ferir a unidade do Partido. E' dever de todos os militantes respeitar os nossos Estatutos, que no art. 3º alínea «a», determinam que o membro do Partido tem o dever de salvaguardar por todos os meios a unidade do Partido, como condição precepu para a força do Partido. Portanto, nenhuma discussão, quer de caráter político ou ideológico ou mesmo divergência de caráter pessoal pode servir de pretexto para a quebra da unidade do Partido».

## COMITÊ DISTRITAL DO CONTESTADO (Espírito Santo)

«A Conferência Distrital do CD do Contestado, resolve aprovar um voto de solidariedade ao C. C., e ao Presidium por sua atitude em defesa da unidade do Partido, bem como pelas medidas tomadas a respeito. Condena veementemente toda e qualquer atividade antipartidária como a de Agildo Barata e seu grupo e conclama a todos os militantes a que cerrem fileiras em torno do C. C.».

## COMITÊ DE EMPRESA DA VALE DO RIO DOCE

«A Assembléia da OB nº 1 do CE do Vale do Rio Doce, após discutir a resolução do C. C. sobre a unidade do Partido, envia aos camaradas a manifestação de seu mais caloroso apoio na defesa da unidade e da pureza dos princípios que orientam o nosso Partido».

## ORGANIZAÇÕES DIVERSAS

«A OB Djalma Portinho Bentes, de Campos de Jordão, reunida em Assembléia, resolve enviar ao C. C. e ao camarada Prestes o seu irrestrito apoio e solidariedade na luta em defesa da unidade do Partido e dos princípios do marxismo-leninismo».

«A OB «Raimundo Diamantino», de Campos de Jordão, reunida em Assembléia, resolve:

1º) — Dar decidido e incondicional apoio ao C. C. e ao camarada Prestes;

2º) — Propor a expulsão de Agildo Barata das fileiras do Partido».

«A OB «João Varlota», reunida em Assembléia, votou a resolução de propor a expulsão do traidor e renegado Agildo Barata das fileiras do PCB. Ao mesmo tempo, aprovou por unanimidade a seguinte moção: «Prezados camaradas do C. C.».

«Estamos contentes com os últimos documentos elaborados pelo C. C. e comunicamos que o CD de Indianópolis estamos unidos e prontos para o cumprimento de nossas tarefas históricas. Apela-mos para os camaradas do C. C., que expulsem das fileiras de nosso Partido o indivíduo Agildo Barata, que pelas suas atitudes atenta contra a

## Teoria e Prática

## SÔBRE O LIQUIDACIONISMO

( V. I. Lenín )

«O liquidacionismo é: «tentativas de certa parte da intelectualidade do Partido de liquidar (quer dizer, dissolver, destruir, anular, suprimir) a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informe, mantida a toda e dentro do marco da legalidade (isto é, da existência «pública», legal), embora para isso se tenha que renunciar de um modo claro e franco ao programa, à tática e às tradições (quer dizer, à experiência passada) do partido» (\*).

«O liquidacionismo está ligado, naturalmente, por laços ideológicos com a abjuração, com a abjuração do programa e da tática, com o oportunismo. E' isso que se indica na parte final da resolução acima citada. Mas o liquidacionismo não é somente oportunismo. Os oportunistas levam o Partido a um caminho equivocado, burguês, ao caminho da política operária liberal, mas não renegam o próprio Partido, não o liquidam. O liquidacionismo é um oportunismo de tal natureza que chega até a renegar o Partido. Compreende-se por si mesmo que o Partido não pode existir, tendo em seu seio os que não reconhecem a sua existência. E também não é menos compreensível que renegar a ilegalidade, nas condições atuais é renegar o velho Partido».

V. I. Lenín, «Questões em litígio», 1913 — «Obras Escolhidas» (em 2 tomos), trad. em espanhol das «Edições em línguas estrangeiras», Moscou, 1948, págs. 764 e 765.

(\*) — Trecho da resolução de dezembro de 1908, do Partido Operário Social-Democrático Russo, contra o liquidacionismo. Os parêntesis explicativos são de Lenín (Nota da Redação de VOZ OPERÁRIA).

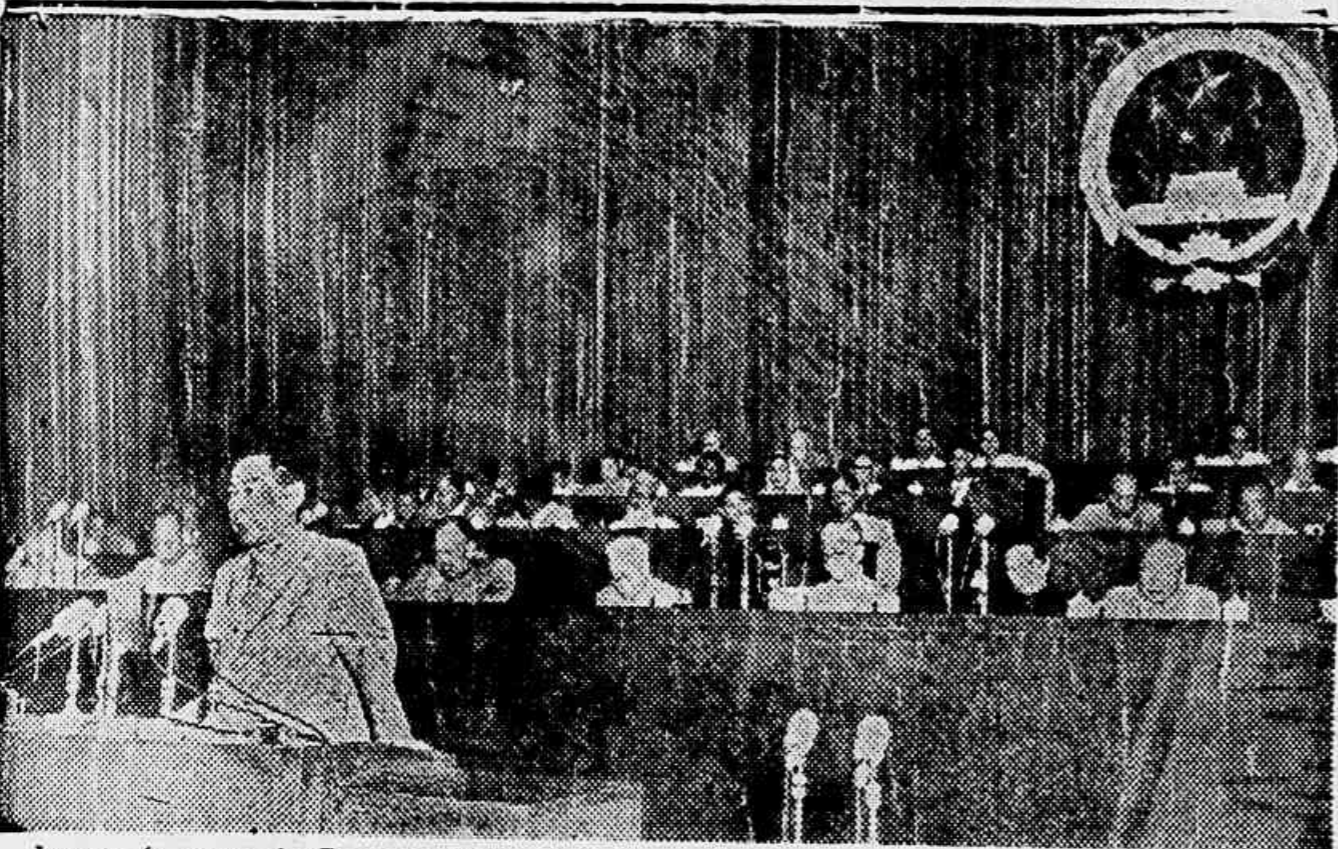
unidade do Partido e serve aos nossos inimigos».

—o||o—

## COMITÊ DE ZONA DE SÃO GABRIEL

«A OB de Esteio, após amplo e democrático debate, resolveu apoiar os documentos políticos e sobre a unidade do Partido, do C. C. e do CR, expressando a sua confiança na direção do Partido e no camarada Prestes; manifestar a confiança em que a direção do CR saberá tomar as medidas convenientes para isolar o pequeno grupo de divisionistas que tentam criar um clima de confusão nas fileiras do Partido».

O CZ de São Gabriel (R. G. do Sul), dirigiu saudações ao C. C. «por sua firme e serena posição em defesa da unidade do Partido e dos princípios marxistas-leninistas» «deu integral apoio à declaração do Presidium do C. C. sobre a posição antipartidária assumida por Agildo Barata, o qual, não satisfeito com seus atos de indisciplina, em valde com o prestígio que o Partido lhe deu, tornou-se auto-suficiente e se lançou numa campanha divisionista».



Aspecto da sessão do Congresso Nacional do Povo Chínês, vendo-se na tribuna o primeiro-ministro Chu-En-lai quando fazia o relatório sobre o trabalho do governo

## Nota Política do C. R. da Bahia do P. C. B.

Foi divulgado na Bahia o seguinte documento:

«A propósito da nota publicada por órgão da imprensa burguesa local, sob o título «Dirigentes baianos rompem com o P.C.B.» assinada pelos srs. Raimundo Schaub, Alvaro Menezes Costa, José Maria Rodrigues, José Pena, João Castelo Branco, Dermeval Araújo Silva, Emanuel da Silva Menezes, Verdi Plech e Jafé Teixeira Borges, em que são defendidas teses antipartidárias e anti-marxistas, o Comitê Regional da Bahia do Partido Comunista do Brasil, reunido com a presença de todos os seus membros e candidatos a membro, resolveu manifestar de público o seu decidido repúdio às atividades divisionistas contra o Partido».

Já em sua Declaração pública aprovada em maio último, este C.R. afirmava: «Somos decididamente contra o fracionismo, pela unidade do Partido, defensores do princípio do Comitê Central como centro único dirigente do Partido...» Isto nada tem a ver com a unidade formal e mecânica, imposta através de medidas burocráticas. Naquele mesmo documento, afirmávamos ainda que «é indispensável que se reconheça a legitimidade da luta interna ideológica na vida partidária como um fato permanente». Apenas, a luta de tendências ideológicas entre os comunistas trava-se dentro das fileiras da organização dos comunistas. O Partido não pode realizar sua missão revolucionária se não estiver solidamente unido, na ideologia, na ação política, na organização. Contribuir, ou mesmo permitir, sob quaisquer pretextos, que a luta interna de opiniões se transforme em ação divisionista, romper com o Partido, caluniar o Partido, lutar contra o Partido, como o fazem o sr. Agildo Barata e seu grupo, inclusive aquêles que o seguem na Bahia, é um crime contra os interesses do proletariado. As recentes entrevistas concedidas pelo sr. Agildo Barata à imprensa burguesa mostram o caminho pelo qual já descambou o grupo divisionista: o caminho do liquidacionismo,

do anti-sovietismo, do nacional-reformismo.

O Comitê Regional da Bahia do P.C.B., sente-se reforçado com o apoio maciço das organizações e militantes na Região. Isto mostra que é dentro do Partido que os comunistas corrigem os seus erros. O debate público e interno que se processou durante cerca de 8 meses, apesar do curso anormal que o caracterizou, e a luta interna ideológica que prosseguiu, comprovam suficientemente que o Partido vive e avança na correção de seus erros.

O C. R. da Bahia considera necessário combater o revisionismo, ponto de partida das atividades divisionistas, mas, simultaneamente, combater também o dogmatismo, utilizar sempre de forma mais aguçada a arma da crítica e da autocritica para a correção dos erros e deformações de caráter burocrático. Aquêles, militantes ou dirigentes, que, a pretexto da defesa da unidade do Partido, persistem nos erros dogmáticos ou resistem à sua correção, de fato estimulam o revisionismo e alimentam as atividades divisionistas.

E' indispensável, ainda advertir aos militantes e organismos contra o liberalismo no trabalho interno, contra a negligência em relação à segurança do aparelho partidário, liberalismo e negligência que têm seu ponto de partida na onda de boatos e calúnias lançados pelo grupo divisionista indistintamente contra o Partido, seus militantes e dirigentes.

O C.R. da Bahia conclama aos militantes e organismos na Região a reforçarem a unidade, enfrentando decididamente os erros, vivificando o coletivo do Partido, lançando-se com entusiasmo à luta política de massas, participando de todas as campanhas nacionalistas, em defesa da soberania nacional e das liberdades, por melhores condições de vida e de trabalho para as massas trabalhadoras e populares.

Bahia, julho de 1957.

O COMITÊ REGIONAL DA BAHIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

## LUTA EM DUAS FRENTE: Contra os Revisionistas e os Dogmáticos

O Comitê Central do Partido Comunista Francês discutiu a resolução do Comitê Central do PCUS sobre o grupo antipartidário de Malenkov, Kaganovitch, Molotov e Chepilov, adotando a respeito uma decisão.

Salientando a significação dos acontecimentos no PCUS para todo o movimento comunista mundial, diz o documento do P.C. francês: «Por força das questões colocadas nessa resolução, ela possui uma significação excepcionalmente importante não só para o Partido Comunista da União Soviética, mas para todo o movimento operário e comunista internacional. Trata-se em essência de saber se serão executadas até o fim as históricas decisões do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ou se estas decisões serão colocadas em dúvida, o que acarretaria um retrocesso de todo o movimento não só na URSS, mas em todo o mundo.»

Depois de relatar a política realizada com êxito pelo PCUS no sentido de levar à prática as decisões do XX Congresso, diz o CC do Partido Comunista Francês: «A luta realizada no último pleno do Comitê Central do Partido Comunista

da União Soviética para eliminar os obstáculos e a resistência que surgiram no caminho da aplicação das resoluções do XX Congresso é uma luta justa e necessária. Esta luta conseguirá o apoio não só de todos os comunistas e trabalhadores da União Soviética, mas também dos comunistas de todos os outros países.»

O Comitê Central do P.C. francês reafirma a disposição dos comunistas franceses de prosseguir no caminho traçado pelo XIV Congresso do Partido e de «ir adiante, respondendo audazmente às novas questões que surgem diante dele, de fazê-lo no espírito do XX Congresso, intervindo simultaneamente contra o dogmatismo e contra a negação dos princípios» (Maurice Thorez, Pleno do Comitê Central, fevereiro de 1957).

Consul o Comitê Central do PC francês afirmando que «atuará no interesse da conservação e do fortalecimento da unidade e da coesão ideológica do Partido na luta em duas frentes em suas próprias fileiras, contra os partidários do desvio oportunista e os revisionistas e contra os elementos sectários e dogmáticos, tanto no terreno da prática como no terreno da teoria».



# Preparam os Trabalhadores o IV Congresso Sindical Mundial

Em começo deste ano, a Federação Sindical Mundial lançou um apelo aos trabalhadores de todos os países do mundo, conchamando-os a participar do IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL.

Esse Congresso, a reunir-se de 4 a 15 de outubro em Leipzig, Alemanha, será um congresso de todos os trabalhadores, sem distinção de opiniões, tendências políticas e filiação sindical. Todas as organizações da classe operária terão o direito de enviar seus representantes. A discussão será livre e a tribuna aberta a todos.

Dizia a FSM em seu Apelo que o «Congresso discutirá as melhores formas para fazer triunfar as reivindicações que hoje preocupam os trabalhadores». As principais dessas reivindicações são:

— fixação de um salário mínimo vital, e o aumento de salários; — redução do tempo de trabalho, sem diminuição dos salários; — a luta contra as consequências nefastas da automatização; — a supressão, no que se refere a salários, de toda discriminação baseada em idade, sexo ou raça; — a construção de habitações para os operários; — o estabelecimento de sistemas de seguro social ou sua melhoria; — a defesa dos direitos democráticos e sindicais; o desarmamento; — a consolidação ou a conquista da independência nacional; — o desenvolvimento da economia nacional, nos países industrialmente atrasados.

## ORDEM DO DIA

1 — A atividade sindical no mundo e o desenvolvimento dos laços fraternais e da unidade do movimento sindical internacional pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, por seus direitos econômicos, sociais e democráticos, pelo desarmamento, pela paz e a independência nacional.

2 — Informe do Conselho Fiscal da FSM.

3 — Informe sobre as atividades do Fundo de Solidariedade Internacional dos Trabalhadores.

4 — Propostas de modificações nos Estatutos da FSM.

## Desenvolvem-se as lutas operárias em todos os países

Na fase de preparação do IV Congresso Sindical Mundial, intensificam-se as lutas dos trabalhadores de todos os

países, pelas reivindicações que constituirão tema de debate naquela importante reunião internacional.

Na Argentina, centenas de milhares de trabalhadores desencadearam uma série de greves, nestes últimos meses. No Japão, o SOHYO (Conselho Geral dos Sindicatos do Japão), central sindical que reúne 3 milhões de membros, lançou-se numa campanha nacional por aumento de salários. Na França, iniciava-se em fevereiro a luta dos servidores públicos por aumento de salários; a essa ação seguiu-se a greve geral de mineiros, por reajustamento de salários e redução da jornada de trabalho. Na Grã-Bretanha, os sindicatos mais poderosos, travaram importantes lutas por aumento, por melhores pensões para os velhos trabalhadores, etc.

Nessas lutas em que se empenham, por melhores condi-

ções de vida e de trabalho, os trabalhadores forjam sua unidade e compreendem cada vez melhor que a unidade é a sua arma mais poderosa.

No Brasil, os trabalhadores também se preparam para participar ativamente dos trabalhos do Congresso.

## O pacto de unidade de São Paulo dirige-se à F.S.M.

Falando em nome de mais de uma centena de sindicatos paulistas, o Pacto de Unidade Intersindical dirigiu à F.S.M. uma calorosa mensagem de apoio à convocação do IV Congresso Sindical Mundial, após realizar uma grande assembleia de milhares de trabalhadores.

«Nós, trabalhadores de São Paulo — dizia a mensagem — reunidos em Assembleia Sindical no Teatro Colombo, para elaborar nosso programa de reivindicações, fomos informados da realização deste ano de dois Congressos Sindicais Internacionais, um convocado pela FSM e outro pela CIOSL. Dirigimo-nos a essas duas centrais sindicais mundiais para pedir-lhes, em nome de milhares de trabalhadores de S. Paulo, que façam o necessário para que possam participar desses congressos todas as organizações sindicais de nosso país e do mundo inteiro, a fim de contribuir para o reforçamento dos laços de amizade entre todos os trabalhadores do mundo».

Essa mensagem teve grande repercussão, tendo sido divulgada na revista da FSM «Movimento Sindical Mundial» e no boletim especial para o IV Congresso. Em resposta a ela, disse a FSM: «Consideramos que o inter-

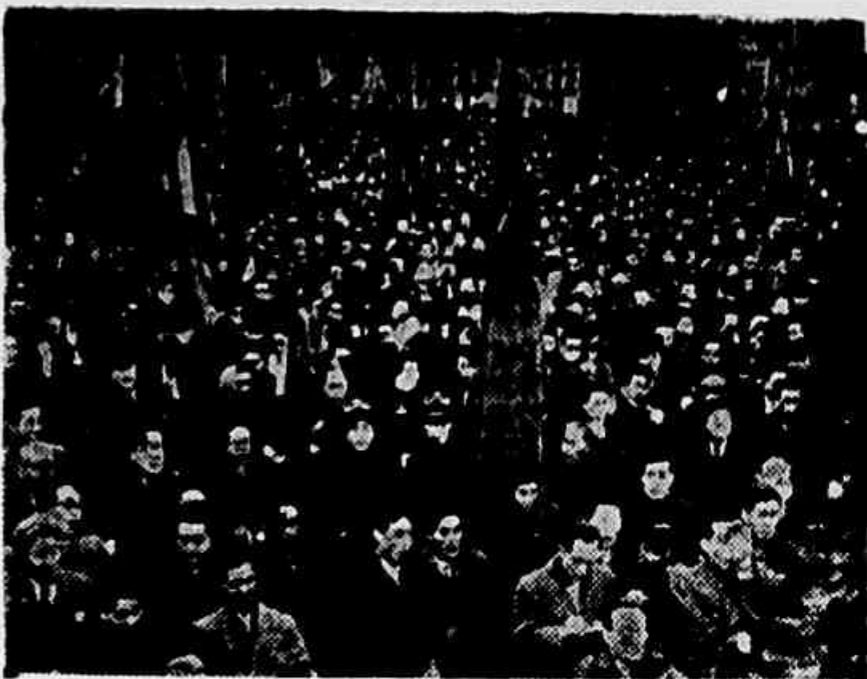
câmbio de opiniões e experiências entre as organizações sindicais de todos os países, sem distinção alguma, será altamente proveitoso para a classe operária, a fim de conseguir o triunfo de suas reivindicações que são comuns e de reforçar a solidariedade operária internacional.»

## COMO PREPARAR O IV CONGRESSO SINDICAL MUNDIAL

Para que seja realmente a expressão dos interesses de milhões de trabalhadores de todo o mundo, o IV Congresso deve ser cuidadosamente preparado.

Algumas medidas têm-se revelado sempre úteis:

- publicar o Apelo na imprensa sindical ou em ventilas e divulgá-lo entre o maior número possível de trabalhadores;
- organizar discussões sobre o Apelo;



Uma Manifestação de Operários Ferroviários Japoneses, Preparatória do IV Congresso Sindical Mundial.

— eleger delegados, após as discussões e reunir as sessões necessárias para o estudo de sua viagem.

Além dessas, a ampla propaganda em torno do Congresso, pelo rádio, através da publicação de artigos e entrevistas, são também importantes.

Os trabalhadores brasileiros,

cuja luta se desenvolve com intensidade neste ano de 1957, darão sem dúvida a sua contribuição para que o IV Congresso Sindical Mundial seja a expressão dos anseios das massas trabalhadoras por uma vida melhor e um poderoso fator de reforçamento de sua unidade e organização.

Em São Paulo, lançam-se à luta por aumento

## Metalúrgicos e Trabalhadores em Curtumes

Assembleias movimentadas, com a presença de milhares de trabalhadores, aprovam aumento de 45%, sem teto

Lançam-se à luta por aumento de salários os metalúrgicos e trabalhadores em curtumes da capital paulista. Em assembleia movimentada, da qual participaram milhares de operários, decidiram os metalúrgicos reivindicar 45% de aumento, tomando por base a elevação verificada no custo de vida, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística, do Pacto de Unidade. Foram desmascaradas pelas

dirigentes sindicais, na reunião, as teses patronais que vêm sendo veiculadas pela imprensa sadia, particularmente a de que os trabalhadores estão na iminência de desencadear greve geral em São Paulo. Mostraram aqueles dirigentes que as greves só de-

vem ser iniciadas após o necessário trabalho de organização, que garanta a sua vitória, e que é preciso passar sucessivamente de uma fase da luta para outra: da mobilização e das reuniões nas fábricas, para a negociação com os patrões e daí para o desencadear da luta por aumento que dependerá sempre da atitude dos patrões.

Entre as resoluções aprovadas por unanimidade pelos metalúrgicos, destacam-se:

— manter-se em assembleia permanente e realizar nova reunião em 18 de agosto próximo;

— oficializar a Federação dos Metalúrgicos para que convoque uma reunião e todos os sindicatos metalúrgicos de São Paulo, para discutirem a unificação da luta por aumento;

— convocar todos os delegados sindicais e comissões de salários para reuniões, até a próxima assembleia.

**TRABALHADORES EM CURTUMES**

Também os trabalhadores dos curtumes paulistas reuniram-se em concorrida assembleia e decidiram lutar por 45% de aumento, sem teto. Refutou a assembleia o teto de Cr\$ 1.675,00 apresentado pelos patrões, pois além de ser um rebatimento da tabela reivindicada, viria ainda dividir os cortidores.

Por unanimidade, aprovaram os trabalhadores as seguintes propostas: — reajustamento salarial de 45%, sem teto; participação do Sindicato no Departamento Intersindical de Estatística; protesto junto ao Ministério do Trabalho e presidente da República contra a ameaça à lei de estabilidade; telegrama de protesto ao deputado federal Joaquim Duval, que apresentou projeto antigreve.

Uma comissão de salários, composta de 6 membros, foi constituída na ocasião.

Com a realização das assembleias dos metalúrgicos e trabalhadores em curtumes, da capital paulista, inicia-se a luta de mais algumas dezenas de milhares de trabalhadores que se incorporam à luta geral por aumento de salários e contra as consequências da carestia de vida crescente.

# VITORIOSOS OS METALURGICOS E SAPATEIROS CARIOCAS

Depois de vários dias de greve, que se caracterizou pelo espírito de unidade e a firmeza demonstrada pelos trabalhadores, retornaram ao trabalho cerca de 90 mil metalúrgicos e sapateiros do Distrito Federal.

No dia 29 de julho, após longos meses de sucessivas proleções, foram finalmente julgados no Tribunal Regional do Trabalho os dissídios coletivos suscitados por aquelas duas importantes corporações profissionais. Ante a intransigência patronal, manifestada pela recusa em atender às pretensões justas dos operários, estes foram obrigados a declarar greve, derrotando assim, na prática, o famigerado decreto 9.070 e forçando o Ministério do Trabalho e a polícia a reconhecer de público a legitimidade do movimento grevista.

Os metalúrgicos cariocas, em poucos dias de greve, conseguiram chegar a acordo com dezenas de empresas, obtendo um aumento de 30 a 35%. Com o dissídio, estabeleceu o TRT um aumento percentual de 26%, com um mínimo de 1.400 e máximo de 2.200 cruzeiros, compensando-se os aumentos concedidos, desde o último dissídio até agora.

Assim, embora não tivessem atendidas todas as suas reivindicações, os metalúrgi-

cos obtiveram 5% a mais da proposta que os patrões haviam feito anteriormente. Além disso, conseguiram evitar qualquer cláusula prejudicial, como condicionamento às condições econômicas das empresas, exclusão de menores, etc.

## OS SAPATEIROS CONQUISTAM 40% DE AUMENTO

Também os sapateiros cariocas obtiveram significati-

Após vários dias de greve, 90 mil metalúrgicos e sapateiros conquistam aumento de salários — A força da classe operária em sua unidade e organização, eis o que foi demonstrado na prática uma vez mais

va vitória: no dissídio coletivo julgado pelo TRT, conquistaram 40% de aumento sobre os salários do último acordo firmado em novembro de 1955, compensando-se os aumentos posteriores.

No entanto, algumas cláusulas do acordo atual são prejudiciais aos trabalhadores: por exemplo ficam excluídas da decisão as empresas que provarem não estar em situação financeira capaz de arcar com o ônus decorrente da sentença. Por outro lado, apesar de ser considerada legal a greve desencadeada pelos sapateiros, os patrões não estão

obrigados a pagar os dias de paralisação. Além disso, o Tribunal decidiu estabelecer o máximo de 2.200 cruzeiros de aumento, sem fixar porém o mínimo — daí, os trabalhadores que percebem o salário mínimo, não serão beneficiados pelo aumento.

Apesar das limitações feitas à majoração conquistada pelos trabalhadores em calçados, estes conseguiram dobrar a intransigência patronal e obrigaram o Tribunal Regional do Trabalho a tomar, em poucos dias, uma decisão que se arrastava há meses.

## AS LIÇÕES DAS GREVES NO DISTRITO FEDERAL

As duas importantes greves que abalaram a vida política e social no Distrito Federal, nesta última semana, atraindo para a classe operária as atenções do governo e de toda a população, constituíram uma rica experiência para o proletariado carioca. Diante das negativas dos pa-

trões e da indiferença do Ministério do Trabalho, deram os trabalhadores uma vigorosa demonstração de força e unidade. Durante vários dias, esteve quase totalmente paralisada a indústria metalúrgica e de material elétrico e mecânica, além da indústria de calçados. Quase cem mil operários cariocas cruzaram os braços, dispostos a só voltar à atividade após a conquista do aumento salarial.

A tentativa de declarar ilegal a greve, à base do 9.070, foi imediatamente destruída pelos grevistas, apoiados na solidariedade ativa e firme de todas as demais categorias profissionais. As poucas provocações policiais ocorridas durante a greve — prisões logo relaxadas, ameaças de demissão, dispersão de piquetes — não tiveram maiores consequências. Com a greve, os trabalhadores reforçaram a confiança em sua própria força e na capacidade de resolver os seus próprios problemas.

Ambos os acordos firmados — com os metalúrgicos e os sapateiros — tiveram que reconhecer a legalidade da greve, como arma do trabalhador, para fazer valer os seus direitos.

Essas são algumas das importantes lições extraídas pelos trabalhadores cariocas. E' através da luta, organizada e firme, sob a direção de seu órgão de classe, o Sindicato, e somente através da luta, que poderão conquistar melhores condições de vida e derrotar a política antioperária do atual governo — eis a lição principal.



Uma concentração de metalúrgicos durante a greve



## Assistência ao Trabalhador Rural

UMA louvável iniciativa tiveram trabalhadores e políticos paulistas, organizando na capital bandeirante a Comissão de Assistência ao Trabalhador Rural. Desta Comissão, que vem atuando regularmente, fazem parte líderes e dirigentes de sindicatos operários, vereadores, deputados, e outras personalidades. Esta iniciativa já conta com o apoio de numerosos sindicatos da capital paulista e de importantes cidades do interior de São Paulo, inclusive do Pacto de Unidade de Sorocaba.

A criação da Comissão de Assistência ao Trabalhador Rural tem uma grande importância. Trata-se de levar ajuda e solidariedade a uma imensa massa de trabalhadores, sobre a qual recaem uma dura e brutal exploração dos grandes fazendeiros e a negação de todos os direitos. Na Câmara Federal, na ocasião da votação do projeto que estabelece a legislação trabalhista no campo, apenas um deputado votou pela sua aprovação.

A importância dessa comissão está ainda no fato de ter sido ela criada por trabalhadores da indústria. Isso revela o amadurecimento na classe operária da compreensão de que não é possível melhorar a situação dos trabalhadores nas cidades, desenvolver a indústria nacional, tendo por base um amplo e sólido mercado interno, sem atender às reivindicações mínimas de milhões de trabalhadores do campo. Por outro lado, a classe operária já começa a compreender que, diante do abandono em que se encontram os assalariados agrícolas, os colonos, meeiros, empreiteiros, etc., é decisiva a sua ajuda e solidariedade para que eles possam se organizar e lutar por seus direitos.

Entre todas as atividades da Comissão de Assistência ao Trabalhador Rural, uma se destaca pela sua importância excepcional: é a defesa dos sindicatos dos trabalhadores rurais. A Comissão, ao mesmo tempo que se bate para fazer cessar toda e qualquer perseguição aos sindicatos rurais, esforça-se para que os mesmos sejam reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. E não fica apenas nisso a ajuda da Comissão. Ela ajuda, facilita e encaminha os papéis para o rápido reconhecimento dos sindicatos.

Não resta dúvida que os trabalhadores rurais recebem esta ajuda com os braços abertos. Também eles já começam a perceber que necessitam da ajuda da classe operária para melhorar sua própria situação. A união de operários e camponeses é necessária e benéfica às duas classes. Sua ação comum na luta pelas reivindicações econômicas, políticas e sociais é uma garantia para a vitória.

## Tomam os Mineiros de Morro Velho

# Uma Interessante Iniciativa

Os mineiros de Nova Lima, indignados com os preços exorbitantes a que estavam sujeitos nos armazéns locais, decidiram fazer eles próprios as compras de gêneros, diretamente, nos vendedores que melhores vantagens lhes oferecessem. Dêsse sentimento de revolta surgiu então uma original forma de luta contra a carestia e de independência em relação aos patrões e ao comércio local, com resultados práticos muito positivos.

### A PRIMEIRA COMISSÃO DE COMPRAS

A idéia de organizar uma comissão de compras para adquirir produtos em Belo Horizonte surgiu em face do atraso no pagamento dos salários dos operários, por parte da empresa de Morro Velho.

Os trabalhadores já haviam iniciado, inclusive, a propagação de uma greve de protesto o que fez os patrões determinarem medidas para normalizar a situação. Nessa altura a primeira comissão de compras já havia sido criada, pois os trabalhadores sabiam que o comércio local está intimamente ligado aos interesses da mina e o atraso do pagamento bem poderia estar ligado aos interesses dos comerciantes. Com os salários atrasados, os trabalhadores ver-se-iam obrigados a se entregar, cada vez mais, à ganância das lojas e armazéns.

### GRANDE ECONOMIA PARA OS TRABALHADORES

A primeira comissão de cinco elementos, criada por indicação voluntária recolheu as listas de pedidos de compras, feitos pelos trabalhadores, e partiu para Belo Horizonte. De regresso, feita a distribuição das encomendas, ficou constatado que muitos trabalhadores conseguiram uma economia de cerca de Cr\$. 600,00. Sapatos e calças novas foram compradas e a notícia "correu mundo". De Raposos a Morro Velho os mineiros passaram a procurar a Comissão, determinando a necessidade de regulamentar o seu funcionamento.

Diante dos resultados positivos constatados e para proporcionar a todos os trabalhadores o mesmo grau de responsabilidade na compra dos produtos, foi então estabelecido um regulamento para o funcionamento da Comissão e condições obrigatórias para que os interessados tenham as suas listas de encomendas levadas em conta.

"Primeiro — diz o regulamento — a Comissão deverá compor-se de cinco elementos eleitos pelos trabalhadores para o período de um mês. Mensalmente deverá ser renovada a sua composição;

"Segundo — As listas serão recebidas e balanceadas em reunião semanal da Comissão. É obrigatória a presença dos trabalhadores às reuniões. Aquêles que não comparecer, sua lista não será levada em consideração.

Os trabalhadores não estão obrigados a nenhuma contribuição de ordem financeira."

Nestes itens resume-se o Regulamento da Comissão de Compras dos Mineiros de Nova Lima, cujo último movimento atingiu a mais de um milhão de cruzeiros, o que determinou uma rebaixa geral dos preços no comércio local. Segundo consta, já existe uma certa pressão junto à Associação Comercial de Minas para impedir que os atacadistas de Belo Horizonte continuem negociando diretamente com os trabalhadores.

O regulamento da Comissão é tão acatado pelos trabalhadores que a primeira lista encaminhada pelo presidente do sindicato foi recusa-



da por que ele não participava das reuniões.

### A SEDE DA COMISSÃO E O SINDICATO

Inicialmente a Comissão funcionou fora do Sindicato, porém, diante do crescimento das suas atividades, uma sede tornou-se necessária e os

trabalhadores a uma voz gritaram: — Ao Sindicato! E lá se estabeleceram com pleno apoio da diretoria. A Cooperativa existente está ficando em segundo plano, pois os trabalhadores estão sentindo que os resultados da forma de luta contra a carestia, por eles adotada, vem-lhes dando

os resultados mais imediatos. No fim de cada semana, no fim de cada mês, sentem que algumas centenas de cruzeiros ficaram nos seus bolsos, como saldo das compras feitas pela Comissão. Eis aí uma interessante iniciativa, cujos resultados têm sido bastante positivos.

## Lutam os Servidores do D. C. T. Por uma Classificação Justa

No próximo dia 8 de agosto deverão reunir-se em assembléia, na sede do Sindicato dos Aeroviários, os funcionários do DCT (Departamento de Correios e Telégrafos). Nessa ocasião, será amplamente debatido pelos servidores públicos o projeto elaborado pelo DASP, encarado como verdadeiro "código de castigos", pois anula na prática uma série de direitos já conquistados pelo funcionalismo civil. Entre outros: promoção por antiguidade, empréstimos, aquisição de casa própria, etc. O projeto exclui o pessoal das Verbas 3 e especiais; não conta para obtenção de promoção horizontal o tempo de

serviço anterior à promulgação da lei; estabelece que a lei só entrará em vigor dois anos após sua publicação.

No que se refere ao enquadramento, aquele projeto representa um retrocesso, diante do anterior. Cerca de um terço do funcionalismo postal-telegráfico não teve suas carreiras nele enquadradas. Além disso, os auxiliares do Tráfego Postal e Telegráfico ficam classificados no nível 4, postalistas e telegrafistas nos níveis 10 e 12 etc., ao mesmo tempo que são diminuídos os valores dos níveis.

A Comissão Pró-classificação dos Servidores Postais e Telegráficos, eleita em assem-

bléia geral, está promovendo uma série de atos, realizando assembléias por carreira ou setor de trabalho, a fim de discutir as reivindicações específicas de cada um, bem como outras iniciativas para angariar fundos para a campanha.

A assembléia do dia 8, que deverá discutir dois pontos: 1) — Classificação, Código de Vencimentos e Vantagens; 2) Telecomunicações — contrabuirá para dar maior impulso à luta dos servidores públicos por um justo plano de classificação e de remuneração.

## VOZ OPERÁRIA

Diretor-Responsável

Mário Alves

MATRIZ:

Av. Rio Branco, 257, 17º and., s/ 1.712 Tel. 42-7344

ASSINATURAS:

Anual ..... 100,00  
Semestral ..... 60,00  
Trimestral ..... 30,00  
Núm. avulso ..... 2,00  
Núm. atrasado ..... 3,00

Aérea ou sob registro, despesas à parte:  
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte ..... 2,00

Goiás e interior de Amazonas e Territórios ..... 4,00  
Outros Estados .... 3,00  
M. Gerais ..... 2,50

SUCURSAS:

SÃO PAULO — Rua dos Estudantes n° 84 s/ 28. 2º and. — Tel. 37-4983.

PORTO ALEGRE — Rua Voluntários da Pátria, n° 66, s/ 43.

RECIFE — Rua Floriano Peixoto n° 85 — 3º and. — s/ 326.

FORTALEZA — Rua Barão do Rio Branco, n° 1.248 — s/22 — Tel. 1-13-03.

SALVADOR — Rua Barão de Cotegipe, 67 — Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada).

JOÃO PESSOA — Rua Duque de Caxias, 558 — 1º and. — Salas 3 e 4.

## Lutar Concretamente Contra os Velhos Métodos Errôneos de Direção de Trabalho e Contra as Tendências Nocivas Que Surgem Nessa Luta

(CONCLUSÃO DA PÁG. 4)

gerais e teremos quem leve a orientação do Partido para as massas. Líquidar com o espontaneísmo neste assunto, é uma tarefa de honra para todo o Partido.

Na hora da aplicação da linha política do Partido, por superar nossas insuficiências e forjar novos métodos de direção e de trabalho, não podemos esquecer que a luta de classe se aguça e que sob o pretexto da luta contra o dogmatismo e o sectarismo, os revisionistas tentam submeter a uma revisão as teses fundamentais do marxismo-leninismo, em particular a doutrina sobre a Ditadura do Proletariado, sobre o papel dirigente do Partido Comunista, a doutrina sobre a hegemonia do proletariado e sobre a luta de classes, etc. Sob a bandeira da "democratização do Partido", pretendem destruir o princípio fundamental da construção do Partido — o centralismo democrático. Querem fazer baquear a disciplina do Partido e minar sua unidade. Prossigamos pois, na luta contra as manifestações do dogmatismo e do sectarismo em nossas fileiras e defendamos com firmeza a pureza da doutrina de Marx e Lenin, contra os ataques de revisionistas e de todos aqueles que procuram dar uma interpretação oportunista às históricas decisões do XX Congresso do PCUS". Consolidemos mais e mais a unidade de nosso Partido, em torno do Comitê Central que tem à frente o camarada Prestes.

8 de 8 / 1947



# ★ Correspondência dos Estados ★

## SÃO PAULO

### Eleita a Primeira Diretoria da "SACIM"

MOOCA — SP — (Do Correspondente) — A «Sociedade Amigos do Conjunto Residencial do IAPI» da Mooca (SACIM), acaba de eleger a primeira diretoria para dirigir os seus destinos nos anos de 1957-58. A diretoria ficou assim constituída: Presidente, Mariz Arruda Rego; vice, Elias Pereira Pinto; secretários, Nilson Zagrandi e Luciano Ferreira Neto; Tesoureiro, Dante Bonora e Alberto Celeti; orador, dr. Cícero Morais.

O Conselho Fiscal ficou constituído pelos srs. Antônio Narciso Jr. (Presidente), João Padilha e mais três moradores do conjunto.

A «SACIM» já tem um programa reivindicatório onde estão consubstanciadas as necessidades imediatas dos moradores (mais de 3.000 pessoas) do conjunto, entre as quais estão:

- 1) Oficialização e assistência educacional para o parque já existente no centro do conjunto.
- 2) Construção de abrigo de ônibus para as linhas 7 e 9 na Praça Industriários.
- 3) Oficialização e iluminação das ruas do conjunto e da Praça.
- 4) Término das obras de canalização do córrego Cassandoca.
- 5) Escola primária dentro do conjunto.



Órgão independente que defende os interesses do bairro

Diretor-responsável: JOSÉ DAS NEVES EUSTÁCHIO  
Data: chefe: SEVERINO DOS SANTOS  
Ano III ★ São Paulo, Julho de 1957 ★ N.º 39

**Uma experiência e um exemplo** — Do nosso correspondente no bairro da Mooca, na capital de São Paulo, recebemos um exemplar do jornalzinho "O AMIGO", órgão reivindicatório das três mil pessoas que habitam o Conjunto Residencial do IAPI daquele popular bairro paulista. Publicamos acima um "fac-símile" do cabeçalho de "O AMIGO", não só como a manifestação dos nossos aplausos, mas também como uma experiência e um exemplo a ser seguido pelos moradores dos bairros populares e conjuntos residenciais de outras cidades do país.

## A "ANDERSON CLAYTON" E A "SANBRA" ESCORCHAM LAVRADORES PARAIBANOS

Monopólio sobre os produtos da região — Empréstimo a altos juros para se apoderarem das terras dos camponeses — O regime do "cambão", do "vale" e do "barracão" — A unidade e a organização como caminho para melhores dias

A população do Estado da Paraíba é de quase dois milhões de habitantes. Destes, 70% vivem no campo, sofrendo as maiores injustiças por parte das Companhias imperialistas «Anderson Clayton» e «Sanbra» e dos latifundiários.

A massa camponesa que vive na zona do sertão sofre com o domínio dos trustes, que estende suas garras sobre os principais produtos da região, tais como o algodão, a algodão, a carnaúba, óleos vegetais, etc.

### Campeia a usura

As empresas americanas aproveitam-se da difícil situação dos pequenos e médios produtores para fazer-lhes empréstimos de caráter usurário. Os lavradores muitas vezes são forçados a vender suas terras para poder pagar as dívidas aos monopólios americanos «Sanbra» e «Anderson Clayton».

Não é melhor a sorte dos foreiros. Estes são obrigados a fazer empréstimos em mãos dessas empresas, as quais exigem juros escorchantes e

a curto prazo, o que leva muitas das vezes os camponeses a entregarem tudo que produzem ainda em folha, ficando sem meios de subsistência.

Na zona do Brejo, onde predominam foreiros, arrendatários, sitiantes e grande número de assalariados agrícolas, notadamente nas plantações de cana, os camponeses são duramente explorados. Há cinco anos atrás se pagava por 50 braças (medidas da terra adotada na região) a importância de Cr\$ 50,00, agora, pela mesma quantidade de terra se paga Cr\$ 500,00 por ano, reservando-se ao proprietário o direito de soltar o gado na lavoura, depois dos onze meses do contrato. Além disso, os camponeses são obrigados a vender os seus produtos aos donos da terra, pelo preço por estes estabelecidos, sujeitos aos descontos do vale do barracão.

### A «congrua»

Os sitiantes e arrendatários, que arrendam o sítio e nele se estabelecem, depois de passarem anos, realizam benfitorias, porém são desumanamente despejados, geral-

mente sem nenhuma indenização.

Outra forma de exploração é a chamada «congrua» que consiste numa parte do produto dada ao proprietário da terra pela utilização por parte dos camponeses dos instrumentos ou aviamentos na produção ou elaboração dos produtos. Por exemplo: por cada 10 cuias de farinha que o camponês faz com os aviamentos do proprietário da terra, tem que dar ao mesmo, como aluguel (congrua) uma cuia de farinha. Esta forma de exploração, adotada pelos proprietários de terras que possuem «Casa de Farinha», arranca dos camponeses, o excedente da sua produção.

### O regime do cambão

Outra forma de exploração de caráter feudal é o «cambão», conhecido em toda a região, pelo qual o camponês é obrigado a trabalhar de graça dois ou três dias por semana, para o senhor da terra. Há latifundiários que exigem até cinco dias de «cambão», ficando apenas o sábado e o domingo para o camponês cuidar da sua lavoura.

## MARANHÃO

### A ação dos grileiros em Caxias

CAXIAS (Do Correspondente) O grileiro João Afonso, do povoado São João das Chagas, para se apoderar das terras do lavrador Odillo Soares vem desencadeando uma onda de terror contra o mesmo, ameaçando-o de eliminação física, caso o lavrador não abandone a terra que ocupa, no prazo de 30 dias. Odillo,

há 25 anos vem trabalhando em terras conhecidas por todos como sendo do patrimônio nacional. Ultimamente o grileiro não só o expulsou das terras como quer se apoderar das plantações nela existentes, fruto do trabalho honesto do lavrador e sua família.

A União dos Lavradores tomou a defesa de Odillo Soares e se esforça junto às autoridades estaduais para que o lavrador seja mantido em suas terras e garantida a sua integridade física.

## PARANÁ

### Luta Contra a Concessionária de Energia e Luz Elétricas

CURITIBA (Do Correspondente) — Uma forte indignação cresce entre a população desta capital contra a «Companhia Força e Luz do Paraná», em virtude de mais um aumento na taxa de luz e energia elétrica. O caso vem repercutindo no legislativo estadual, onde o aumento é considerado ilegal, porque baseado numa portaria, já há muito revogada.

Em nota publicada nesta cidade, o Comitê Distrital de PCB junta o seu protesto ao da população e denuncia o assalto da Companhia Imperialista à bolsa do povo curitibano.

O movimento de protesto se orienta para exigir a anulação do recente aumento das taxas. Entre a população recordam-se os últimos movimentos vitoriosos contra as concessionárias de São João da Boa Vista, no Estado de São Paulo, e de Campo Grande, em Mato Grosso. Nesta última cidade a população, tendo à frente o prefeito local, encampou a Companhia de luz e energia elétrica.

## Como Lutam os Mineiros de Criciúma

Entregue aos inimigos dos trabalhadores o Sindicato dos mineiros — O Delegado do Trabalho «nomeia» advogado para o Sindicato — Uma greve vitoriosa — Sabotagem e fraude nas eleições sindicais — Os mineiros não desanimam e a vitória se aproxima

... (Do Correspondente Marcilio de Oliveira ...)

A frente desta Junta estava Manoel Higino, que tinha compromisso com os mineiros. Entretanto, esse elemento traiu os trabalhadores e passou a servir, como os outros, aos interesses dos patrões.

O delegado «nomeia» advogado para o Sindicato

Fazendo uso de um direito indiscutível, os mineiros es-

colheram, em assembléia geral, um advogado para o seu sindicato. O Delegado do Trabalho anulou a assembléia, alegando que o advogado escolhido era comunista. Os mineiros recorreram ao Ministério do Trabalho, porém este botou uma pedra em cima da questão e nunca deu uma resposta. Enquanto isso, o Delegado do Trabalho «nomeou» um advogado, Dr. Cunha. Dada a resistência dos trabalhadores, este advogado logo teve que deixar o sindicato, porém foi «nomeado» outro que, ao que tudo indica, não durará muito no sindicato.

### Uma greve vitoriosa

Em março foi deflagrada uma greve pelo aumento de 40% nos salários. Esta greve foi organizada e dirigida pelos mineiros, sem o apoio do seu sindicato. Esta greve, que atingiu 20.000 mineiros de Santa Catarina, foi vitoriosa depois de 6 dias de paralisação, tendo sido concedido o aumento pleiteado.

Com essa vitória, os mineiros estavam em franca marcha para a reconquista do seu órgão de classe.

### Sabotadas as eleições

Ainda em março, houve eleições no sindicato. Duas chapas foram registradas. A chapa encabeçada pelo mineiro Jorge Feliciano merecia o apoio da maioria esmagadora dos mineiros e sua vitória era coisa dada como certa. O Delegado do Trabalho, vendo que o sindicato ia fugir ao seu controle, procurou sabotar as eleições. Aos mineiros foi imposto um «quorum» al-

tíssimo, eleitores fantasma, mesa eleitoral farraca e toda uma série de irregularidades. Como consequência nem na primeira nem na segunda votação, o «quorum» foi atingido.

Na terceira votação, quando os mineiros fizeram uma mobilização geral, nova manobra foi posta em prática pelo sr. Raul Caudas. As eleições que estavam marca das para o dia 14 de abril foram antecipadas para o dia 7 daquele mês, sem que ninguém fosse avisado dessa transferência.

Toda esta manobra levou a que o sindicato sofresse mais uma intervenção, desta vez, tendo à frente da mesma, um tal de Pedro Andrade. Este elemento nunca foi mineiro nem tampouco sócio do sindicato, era apenas um instrumento do Delegado do Trabalho, para servir aos patrões.

### Os mineiros não desanimam

A luta dos mineiros prossegue. Em novembro próximo, novas eleições serão realizadas em seu sindicato. Desde já os trabalhadores estão fazendo para derrotar fragementamente o Delegado do Trabalho e demais inimigos a sua classe e colocar o sindicato nas mãos dos seus legítimos representantes.

Neste momento, os mineiros de Criciúma estão lutando pelo pagamento da taxa de insalubridade a que tem direito por lei, bem como pelo recebimento do adicional da lei para os que trabalham com explosivos e infiltrações. Isto significará uma melhoria geral nos seus salários.

Por outro lado, os mineiros esperam que a Comissão Parlamentar de Inquerito sobre o Carvão, conclua o mais breve possível os seus trabalhos apurando todas as bandalheiras praticadas dentro do sindicato, já denunciadas por centenas de trabalhadores nas minas de carvão de Santa Catarina.

## A BATALHA DA DIFUSÃO

### Difusão

A agência de Curitiba reiniciou suas atividades. Contamos com nova agência em Monte Alegre, no Estado do Paraná.

Aumento de cotas: Franca, 100%; Campo Grande, 50%; Santos, 2,5%.

Alteração no Distrito Federal e Estado do Rio, compa-

rativamente, entre os números 423 e 424:

Light, mais 5%; PDF, mais 11,5%; Sul, menos 35%; Norte, menos 8%; Centro, mais 9%; Oria, menos 2%; Jovens, mais 8%; Associações, mais 15%; Estado do Rio, (balcão) menos 3,5%.

Não apanharam suas cotas do n.º 424 Light, PDF, Norte, Oria e Caxias. Que foi que houve?



NAS VÉSPERAS DO 40º ANIVÉRSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

# AS JORNADAS DE JULHO DE 1917

- ★ Transbordou a Indignação das Massas, Ante a Permanência da Rússia na Guerra Imperialista.
- ★ Não Estava Madura a Crise Revolucionária para se realizar a Insurreição Armada.
- ★ Uma Manifestação Pacífica, esmagada pela reação em Desespéro
- ★ Em Marcha Para o Triunfo em Outubro

HA QUARENTA anos, a 3 e 4 de julho de 1917, realizava-se em Petrogrado (hoje Leningrado) uma grandiosa manifestação pacífica dos operários e soldados. Esta manifestação surgiu como consequência da grave situação econômica e política da Rússia naquela época e desempenhou imenso papel na preparação da Grande Revolução Socialista de Outubro.

O governo provisório burguês, de que faziam parte desde maio de 1917 representantes dos partidos menchevique e social-revolucionário, não resolveu, nem podia resolver, nenhuma das tarefas colocadas ante a revolução. Longe disso, prosseguiu a guerra de rapina imperialista iniciada pelo governo czarista e, submetendo-se à vontade dos imperialistas anglo-franceses, lançou os soldados à ofensiva na frente, em 18 de junho.

## Transbordou a Indignação das massas

O problema da entrega da terra aos camponeses continuava sem solução, mantinha-se intacta a grande propriedade latifundiária. O governo provisório, defendendo como algo sagrado os interesses dos capitalistas, não fez a menor tentativa de tirar o país da angustiada penúria econômica. Engrossava de mês a mês o número de fábricas fechadas pela vontade dos patrões, milhares de operários ficavam sem trabalho, aumentava a ruína do país, crescia a escassez de trigo, a fome se aproximava. Os capitalistas pretendiam estrangular a revolução com a garga descarnada da fome.

A ofensiva iniciada na frente pelo governo provisório fracassou. A notícia da morte de dezenas de milhares de soldados, imolados para comprazer aos imperialistas, fez transbordar a indignação revolucionária das massas populares, originando as ações dos operários e soldados nos dias de julho de 1917.

## Não estava madura a crise revolucionária

A 3 de julho, no distrito de Viborg de Petrogrado, começaram as manifestações espontâneas contra o governo provisório. A primeira uni-

dade militar a ganhar a rua foi o Primeiro Regimento de Metralhadora, que enviou às fábricas e unidades militares seus representantes. Estes encontraram por todas as partes a decisão unânime das massas de juntar-se à ação. Ao entardecer, as manifestações esporádicas fundiram-se em uma manifestação geral que ameaçava transformar-se em insurreição contra o governo provisório. O Partido Bolchevique, considerando a situação do país e a circunstância de que o exército e as províncias não estavam preparados para apoiar a insurreição na capital, de que não havia amadurecido ainda a crise revolucionária, opôs-se à insurreição naquele momento.

Como os operários e soldados iniciaram espontaneamente a ação, no dia 3 de julho, às quatro da tarde, convocou-se uma reunião conjunta do Comitê Central com o Comitê de Petrogrado e a organização militar do Partido, na qual se decidiu não intervir na manifestação. Decisão idêntica foi adotada pela conferência bolchevique de Petrogrado, então realizada. Esta enviou delegados às fábricas e unidades militares para conter as massas. Mas foi impossível deter as ações já iniciadas. De tarde, chegaram à sede do Comitê Central e do

Comitê de Petrogrado unidades militares e milhares de operários da capital, com cartazes exigindo a entrega do Poder aos Soviets.

## Esmagada pela reação a manifestação pacífica

Atendendo ao estado-de-ânimo das massas, o Comitê Central, de acordo com o Comitê de Petrogrado, a organização militar e representantes dos distritos do Partido, anulou na noite de 3 de julho sua decisão anterior e resolveu que se participasse na manifestação para conferir-lhe um caráter pacífico e organizado. No dia 4, desfilaram mais de quinhentas mil pessoas dirigidas pelo Partido Bolchevique, sob a palavra-de-ordem «Todo o Poder aos Soviets!». Lenin dirigiu a palavra aos manifestantes, expressando a certeza de que a palavra-de-ordem «Todo o Poder aos Soviets!» devia vencer e venceria apesar de todos os zig-zagues do processo histórico e exortando a resistir, a manter-se firmes e vigilantes.

O governo provisório, com o assentimento do Comitê Central Executivo dos Soviets, onde predominavam os mencheviques e social-revolucionários, lançou contra os pacíficos manifestantes — operários e soldados — unidades e junkers (alunos das escolas militares) e de oficiais, que em diversas partes da cidade metralharam a manifestação. As ruas de Petrogrado se tingiram de sangue dos operários e soldados. Para jugular o movimento revolucionário foram chamadas da frente unidades contra-revolucionárias.

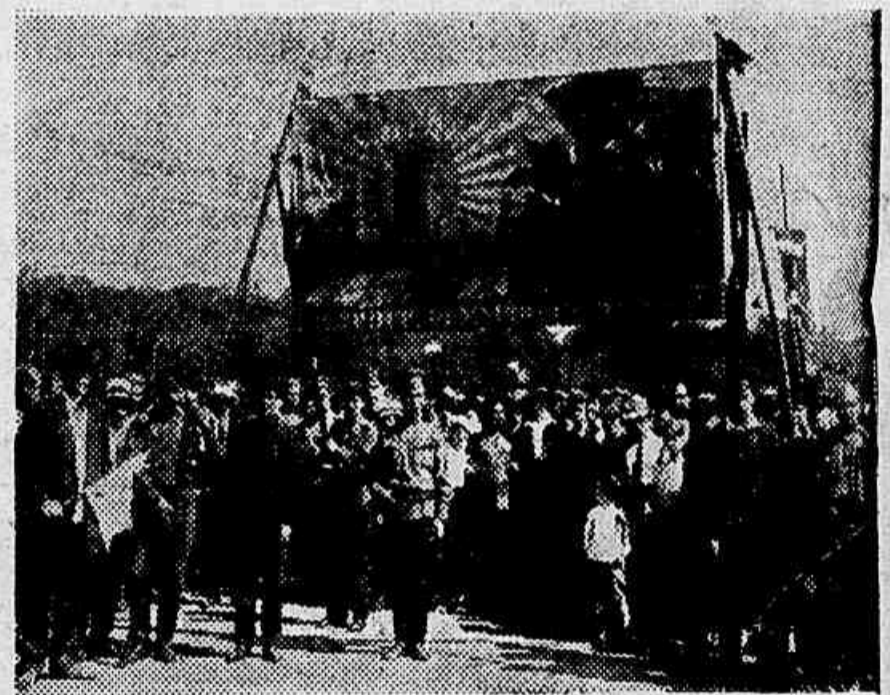
Na noite de 4 de julho o Comitê Central do Partido decidiu cessar as manifestações.



Aspecto da manifestação política dos soldados e operários em julho de 1917 em Petrogrado. Os soldados desfilam sem armas, obedecendo às recomendações do Partido Bolchevique, que impediu uma ação prematura das forças revolucionárias.

## Passa à Hegalia do Partido Bolchevique

Depois de esmagar a manifestação, o governo provisório, mancomunado com os mencheviques e social-revolucionários, lançou-se sobre o Partido Bolchevique. Na noite de 4 a 5 foi assaltado o jornal «Pravda». Meia hora antes de irromperem na redação os junkers e cossacos, Lenin lia a matéria do jornal, salvando-se por casualidade da morte. «Pravda», «Soldatskaia Pravda» e outros jornais foram fechados. Fizeram-se prisões, buscas e progroms em massa. As unidades da guarnição da Petrogrado foram evacuadas da capital e enviadas para a frente. No dia 7 de julho foi emljunkers, oficiais e espões buscavam-no por toda parte. Acossado pelo governo provisório, o Partido Bolchevique passou à clandestinidade e ocultou seu chefe. Quando no dia 7 os junkers assaltaram a casa onde vivia Lenin, ele tida ordem de prisão contra Lenin, oferecendo-se grandes somas por sua cabeça. Os

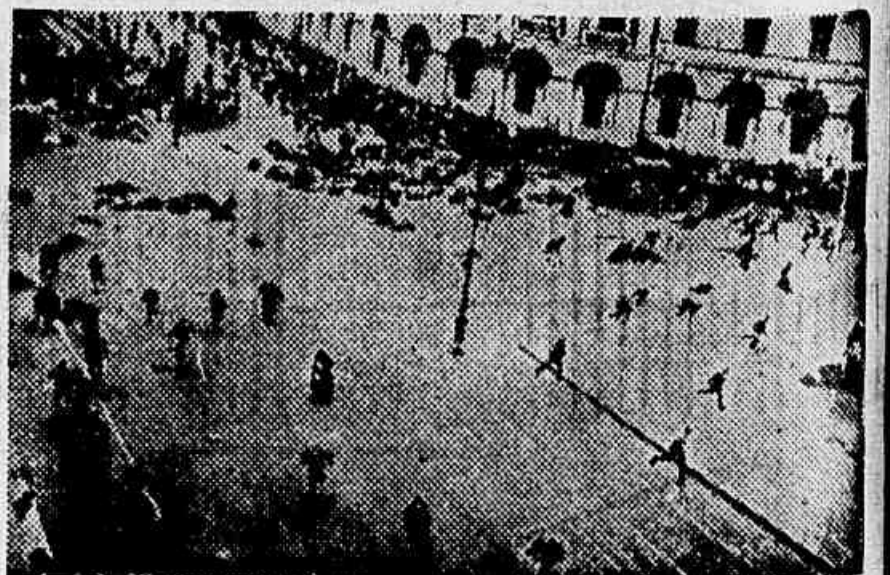


Operários do Arsenal de Petrogrado durante a demonstração de julho de 1917. O grande cartaz que conduzem representa a confraternização dos operários de todos os países e nele se lê «Viva a Internacinal!» (Foto TASS)

não se encontrava mais all. onde viveu oculto numa água-furtada na casa do operário N. Emellánov, sendo depois transferido para uma cabana nas marges do lago Razliv.

## EM MARCHA PARA OUTUBRO

Depois das jornadas de julho, mudou radicalmente a situação política do país. O Poder passou inteiramente ao governo provisório contra-revolucionário. Havia terminado a dualidade de Poder. Os Soviets e sua direção menchevique-social revolucionária eram um apêndice impotente do governo provisório. Os mencheviques e social-revolucionários traíram a revolução, convertendo-se definitivamente em cúmplices descarados da contra-revolução. O período pacífico da revolução havia terminado, esta entrava em nova fase. Ante o Partido Bolchevique surgia a tarefa de preparar a insurreição para derrubar o governo provisório e entregar o Poder ao proletariado revolucionário.



Um destacamento de operários de Petrogrado desfila nas jornadas de julho de 1917. Nos cartazes se lê: «O Poder aos Soviets de Deputados Operários, Soldados e Camponeses!» — «Abaixo os ministros capitalistas!» Como se pode observar, da manifestação participavam numerosas mulheres

As forças reacionárias metralham uma demonstração nas proximidades da Perspectiva Nevski, em julho de 1917. O sangue dos operários e soldados correu pelas ruas de Petrogrado, selando a sorte do governo provisório burguês

